

António Manuel Erse Marques

O Concelho de Pombal nos Finais do Antigo Regime

Aspetos Demográficos e Sociais

(1782 – 1834)

Dissertação de Mestrado do 2º Ciclo em História Moderna – Poderes, Ideias e Instituições, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra sob a orientação do Professor Doutor Saul António Gomes.

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2011

À família

“É preciso compreender o passado a partir do presente e compreender o presente à luz do passado”

Marc Bloch

Agradecimentos

O trabalho de pesquisa para elaboração de uma tese é um processo solitário, mas paradoxalmente sentimo-nos acompanhados por um conjunto de pessoas, que mesmo sabendo nós distantes, nos disponibilizam o seu saber desinteressado, ajudando-nos assim a atingir o objetivo a que nos propusemos.

São estas as palavras que se me oferecem pronunciar no momento de finalização deste trabalho, dirigidas aos doutos docentes do curso de História e deste Mestrado, em especial à sua Diretora, Professora Doutora Margarida Sobral Neto.

De igual modo o meu reconhecimento aos colegas Fábio Lopes, Nelson Pedrosa, Fernando Pais e Matilde Mendonça dos Santos pelo seu apoio e incentivo.

Agradeço também ao diretor do Arquivo Distrital de Leiria, Dr. Rui Acácio de Sousa, bem como às funcionárias do mesmo, pela competência e simpatia que sempre me dispensaram.

Por último e muito especialmente, ao meu orientador Professor Doutor Saul António Gomes um agradecimento pelo seu fino trato, apoio e dedicação que sempre me tem dispensado e também pela sua inata e notória elevação no aconselhamento e defesa dos que têm o privilégio de serem e terem sido, como eu, seus alunos.

Muito obrigado!

Resumo

A presente dissertação insere-se na área de estudo da reconstituição de comunidades históricas e reconstituição de histórias de vida.

A paróquia de S. Martinho de Pombal, que coincide com o concelho de Pombal, de 1782 a 1834, tal como todas as outras durante o Antigo Regime, não era delimitada por marcos ou divisórias como as propriedades senhoriais. O centro referencial era a igreja, neste caso particular, a Igreja Matriz de S. Martinho.

A maior parte dos elementos compulsados para a composição deste trabalho, designadamente os concernentes à população, foram os registos paroquiais que, apesar de apresentarem algumas lacunas, nos permitem traçar percursos de vida desde o seu início até ao seu inexorável epílogo.

Destaca-se também o importante e fulcral papel que desempenharam as instituições como pólos agregadores e protetores da sociedade.

Abordamos também a importância dos poderes senhoriais característicos do Antigo Regime que, sendo detentor dos principais meios de produção lhe permitiu uma hegemonia feroz só terminada com o surgir do Liberalismo.

Não podíamos também deixar de incluir com algum pormenor neste trabalho, a passagem da 3ª invasão francesa por Pombal e a devastação daí decorrente.

Finalmente terminamos com uma abordagem aos tempos do Liberalismo, debruçando-nos sobre a sua influência na vida da população, mormente através das alterações impostas aos organismos e instituições públicas.

Abstract

The present essay was based in a study of reconstitution, about historical communities and the reconstitution of people's life.

The parish church of S. Martinho in Pombal, which coincides with Pombal's municipality, from 1782-1834, such as all other parish during the Old Regime, this one was not marked out by boundary markers or demarcations, such as seigniorial properties. The referential centre was the church, and in this particular situation the church named Igreja de S. Martinho.

The major elements searched to conclude this task, particularly concerning to its population, was the registry parish which allowed us to delineate the way of life, since its beginning to its inexorable conclusion.

There is also an eminence and important role which institutions had performed as aggregated and protectors poles of society.

We also approach the importance of the seigniorial powers from the Old Regime, which was one of the detainer in producing and allowed a strong leadership, ended only when the Liberalism emerged.

We cannot finish this task without mentioned the detail about the passage of the 3rd french invasion in Pombal and the devastation that occurred.

Finally, we conclude approaching to the time of Liberalism and its influence in people's life, mainly the changes imposed to constitutions and imposed to public institutions.

SUMÁRIO

	Pág.
INTRODUÇÃO.....	12

CAPÍTULO I

QUADRO GEO - INSTITUCIONAL

1 – A PAISAGEM.....	16
1.1 – O Espaço geográfico.....	18
2 – A PARÓQUIA.....	20
2.1 – A Misericórdia.....	23
2.2 – O Hospital da Misericórdia.....	26
2.3 – As Confrarias.....	28
3 – OS DOMÍNIOS SENHORIAIS.....	30
4 – O CONCELHO.....	40
4.1 – Administração e justiça.....	40

CAPÍTULO II

A POPULAÇÃO

1 – BREVE ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DE POMBAL...	47
---	----

2 – AS VARIÁVEIS DEMOGRÁFICAS.....	49
2.1 – A natalidade.....	49
2.2 – A nupcialidade.....	51
2.3 – A mortalidade.....	55

CAPÍTULO III

AS INVASÕES FRANCESAS

1 – ACONTECIMENTOS MARCANTES NA VILA DE POMBAL.....	66
---	----

CAPÍTULO IV

O PERÍODO LIBERAL

1 – O LIBERALISMO E AS DIFICULDADES DA SUA IMPLANTAÇÃO.....	75
1.1. O Liberalismo em Pombal.....	77
2 – A REORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA E ADMINISTRAÇÃO NA VILA DE POMBAL.....	81
CONCLUSÃO.....	84
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	87

INDICE DE ILUSTRAÇÕES

	Pág.
Ilustração 1 – Flora predominante no concelho de Pombal	16
Ilustração 2 – Mapa do Concelho de Pombal.....	18
Ilustração 3 – Castelo de Pombal.....	20
Ilustração 4 – Igreja de Santa Maria do Castelo.....	21
Ilustração 5 – Igreja de S. Martinho.....	22
Ilustração 6 - Capela- mor da Igreja de S. Martinho.....	22
Ilustração 7 – Portal da Igreja da Misericórdia.....	27
Ilustração 8 – Ruínas da Igreja da Misericórdia (vista de cima).....	27
Ilustração 9 – Solar da Quinta da Gramela.....	31

INDICE DE QUADROS

	Pág.
Quadro I - Confrarias de Pombal.....	29
Quadro II - Rendimento da Casa do Marquês de Pombal.....	30
Quadro III - Rendimento da Casa do Marquês do Lourical.....	32
Quadro IV – Moinhos da Comenda de S. Martinho e respectivo foro.....	34
Quadro V - Rendimentos dos prazos da Comenda de S. Martinho em 1800.....	36
Quadro VI - Magistratura Judicial de Pombal em 1764.....	41
Quadro VII - Administração Municipal de Pombal em 1700.....	42
Quadro VIII – Evolução dos fogos e habitantes de S. Martinho de Pombal em 1758 e 1837.....	47
Quadro IX – Sazonalidade dos casamentos em valores absolutos e médios mensais ...	54
Quadro X – Óbitos de adultos e menores durante as crises de mortalidade de 1811, 1812 e 1833 na paróquia de S. Martinho de Pombal	58
Quadro XI – Sazonalidade dos óbitos	60
Quadro XII - Comarca de Pombal	81
Quadro XIII - Funcionalismo público em meados do século XIX	83

INDICE DE GRÁFICOS

	Pág.
Gráfico 1 – Total de nascimentos na Paróquia de S. Martinho de Pombal	49
Gráfico 2 – Sazonalidade dos nascimentos	50
Gráfico 3 – Casamentos na paróquia de S. Martinho de Pombal	52
Gráfico 4 – Sazonalidade dos casamentos na paróquia de S. Martinho de Pombal	53
Gráfico 5 - Óbitos na freguesia de S. Martinho de Pombal	56
Gráfico 6 - Mortalidade infantil em Pombal entre 1782 e 1834	59
Gráfico 7 – Sazonalidade dos óbitos	61
Gráfico 8 – Total de nascimentos, casamentos e óbitos entre 1782 e 1834 na freguesia de S. Martinho de Pombal	62
Gráfico 9 – Locais mais frequentes de enterramento em Pombal entre 1782 e 1834 ...	63

INTRODUÇÃO¹

Este trabalho incide sobre o concelho de Pombal, que coincide com a antiga Paróquia de S. Martinho de Pombal, no período de 1782 a 1834, com especial destaque para a demografia, “*modus vivendi*“, ocorrências e acontecimentos que se mostraram relevantes para a vida da sociedade local.

Pombal tinha três igrejas paroquiais desde os tempos medievais, Santa Maria do Castelo, S. Pedro e S. Martinho². Em 1816 as duas primeiras são anexadas por esta última³.

Procurámos caraterizar o espaço geográfico em que a paróquia/freguesia se insere, descrevendo-se com algum pormenor as instituições existentes e que fazendo dela parte intrínseca não poderiam deixar de merecer o devido destaque. Entre elas, pela importância que tiveram para a sociedade deste período, destacamos a Misericórdia e as Confrarias cujo papel no campo assistencial às populações foi assaz importante e mesmo determinante para a coesão social verificada durante este período eivado de acontecimentos e episódios tão marcantes.

Também igual importância tiveram os órgãos administrativos e judiciais contribuindo da mesma forma mas noutros moldes para a harmonia, ordem e o bem-estar social verificado.

A tarefa não se mostrou fácil pelo facto de a documentação para este período não ser particularmente abundante.

Incidindo parte deste trabalho sobre a componente demográfica recorreremos às fontes que se reputam mais fidedignas, ou seja, os registos paroquiais. Mesmo estes, conforme foi verificado, enfermam de algumas deficiências motivadas pela pouca qualidade dos materiais utilizados na época, tais como, o próprio papel, a tinta e o objeto utilizado para a sua feitura.

¹ Neste trabalho usámos a forma de escrita em língua portuguesa definida pelo novo acordo ortográfico

² GOMES, Saul António – *Pombal Medieval e Quinhentista, Documentos da sua História*, CEPAE – Centro de Património da Estremadura, 2010, ISBN 978-989-8158-79-6, p.27

³ EUSÉBIO, Joaquim Vitorino Videira - *Pombal 8 Séculos de História*, 2ª ed., Câmara Municipal de Pombal, 2007, p.179

Ainda que estes pequenos contratemplos acrescentassem algumas dificuldades para a pesquisa destinada à composição deste trabalho, o óbice principal e conseqüentemente o de maior relevância, foi a inexistência dos mesmos registos no período compreendido entre 1797 e 1812 devido às invasões francesas, mais especificamente à 3ª invasão cuja chegada a Pombal se verificou em 11 de Março de 1811.

Foram consultados sete livros no Arquivo Distrital de Leiria, dos quais:

- dois livros de assentos de nascimentos (um de 1781 a 1805 com 482 fólhos e um de 1813 a 1844 com 440 fólhos)
- dois livros de assentos de casamentos (um de 1759 a 1797 com 158 fólhos e um de 1813 a 1844 com 120 fólhos)
- três livros de assentos de óbitos (um de 1772 a 1797 com 127 fólhos; um de 1811 a 1812 com 61 fólhos e um de 1813 a 1839 com 159 fólhos).

Como se sabe uma invasão pressupõe violência, destruição de bens e perda de vidas e, esta não fugiu à regra. Assim era “*modus operandi*” assaltar, roubar e destruir as principais instituições encontradas, na mira de aí encontrarem valores cujo roubo se justificasse. Nessa procura quando se constatava o contrário, procedia-se muitas vezes à destruição do património. Pensamos que neste caso particular foi o que aconteceu.

O trabalho agora apresentado desenvolve-se em quatro capítulos. O primeiro versa o espaço objeto da nossa reflexão – um espaço físico, cuja paisagem assume características muito próprias; a paróquia, a misericórdia, as confrarias e os poderes existentes, tudo elementos fundamentais e estruturantes desta comunidade.

O segundo capítulo refere-se à população da paróquia de S. Martinho, seguindo diacronicamente os já referidos registos paroquiais, o que nos permitiu elaborar gráficos e quadros elucidativos. Não tendo nós a pretensão de, no seu conjunto, constituírem um estudo demográfico total, pois este obrigaria complementarmente a outros meios de análise, pelo menos, a nosso ver, permitem deixar a percepção do ritmo evolutivo da população neste período.

O terceiro capítulo trata exclusivamente da 3ª invasão francesa chegada a Pombal em Março de 1811, como já foi referido.

O facto de se ter destinado um capítulo integralmente composto por esta temática, embora de extensão um pouco reduzida, demonstra a importância que atribuímos a estes acontecimentos que tão dolorosos e marcantes foram para a sociedade deste tempo.

Além de algumas considerações feitas e de alguns relatos escritos por intervenientes coevos dessa tragédia, tentámos transmitir a imagem o mais fidedigna possível de alguns episódios vividos e que transportados para o nosso tempo bem podem ser considerados surreais dada a violência que relatam.

O quarto capítulo, também de reduzida extensão devido a alguma carência de fontes, diz respeito ao Liberalismo e à sua difícil implantação em Pombal, a exemplo de outras terras e regiões do país.

Fazemos considerações gerais, embora sucintas, sobre o estertor do Antigo Regime e o difícil “arranque” do Liberalismo nesta região, fazendo referência à Constituição de 1822 e à Carta Constitucional de 1826, outorgada por D. Pedro após a morte de seu pai, D. João VI, a qual manteve os princípios da Constituição Vintista no respeitante à administração municipal.

Relatam-se também casos confirmados documentalmente de perseguições feitas aos aderentes ao novo regime e as consequências daí advindas.

Finalmente indicam-se dados sobre a nova reorganização administrativa e judicial, no quadro do novo regime vigente, com a indicação dos lugares reestruturados e a preencher.

CAPÍTULO I

QUADRO GEO - INSTITUCIONAL

1. A PAISAGEM

A cidade de Pombal fica situada na região centro do país, a cerca de quarenta quilómetros de Coimbra e a vinte e cinco de Leiria. O clima do concelho é próprio das zonas mediterrânicas, no qual se sente fortemente a presença de estações predominantes: o Inverno pluvioso e com temperaturas suaves; e o Verão seco e com temperaturas elevadas. A Primavera e o Outono apresentam-se variáveis e de curta duração.

O concelho apresenta uma significativa flutuação nas percentagens de precipitação anual, o que é normal neste tipo de clima – pode haver anos muito chuvosos ou também anos muito secos. Relativamente ao índice de radiação solar, este varia muito durante os períodos do ano, apresentando 4,4 horas de sol em Janeiro (horas mínimas) e 9,7 horas de sol nos períodos de Julho e Agosto (horas máximas).

Ilustração 1 – Flora predominante no concelho de Pombal



A flora da região é múltipla e diversificada. Na serra encontram-se diferentes conjunções de flora, como as matas de carvalho cerquinho, onde aparecem associadas a azinheira, o

medronheiro e o sobreiro. Podem ainda encontrar-se os carrascais que surgiram devido a grandes alterações climáticas e onde predomina a vegetação arbustiva e os matos em que domina a reselha grande com grande implantação do arbusto, mas sobretudo as enormes plantas herbáceas, sendo as mais frequentes a erva de Santa Maria, a perpétua das areias e o sanguinho mouro. Além desta tipologia também aqui abundam as bulbosas (em que crescem a maioria das orquídeas mediterrânicas, narcisos e coroas imperiais), rizomatosas (como o lírio roxo, o lírio fétido e a rosa albardeira) e as sub-arbustivas (como a alfavaca dos montes). Nesta categoria existem ainda as chamadas brenhas que se distinguem dos matos pela presença acentuada de lianas (entre as quais se encontram a hera, a raspa língua, a legação, a morça preta e madressilvas). Ainda aqui podemos encontrar a vegetação rupícula que é constituída pela vegetação que cresce sobre rochas e está distribuída segundo a exposição ao sol, vento e humidade e também plantas como as bocas de lobo e a erva de S. Roberto.

A nível das árvores de porte predominam as espécies autótones como o pinheiro bravo e a oliveira. Mais para o Oeste o pinheiro, agrupando-se em imensas matas florestais com manchas pontuais de eucaliptos.

A fauna do concelho de Pombal, outrora rica e diversificada, sofreu uma diminuição significativa pela intervenção humana. Séculos de transformação constante dos habitats naturais traduziram-se numa redução do número de espécies existentes, subsistindo, no entanto, alguns exemplares de rara beleza.

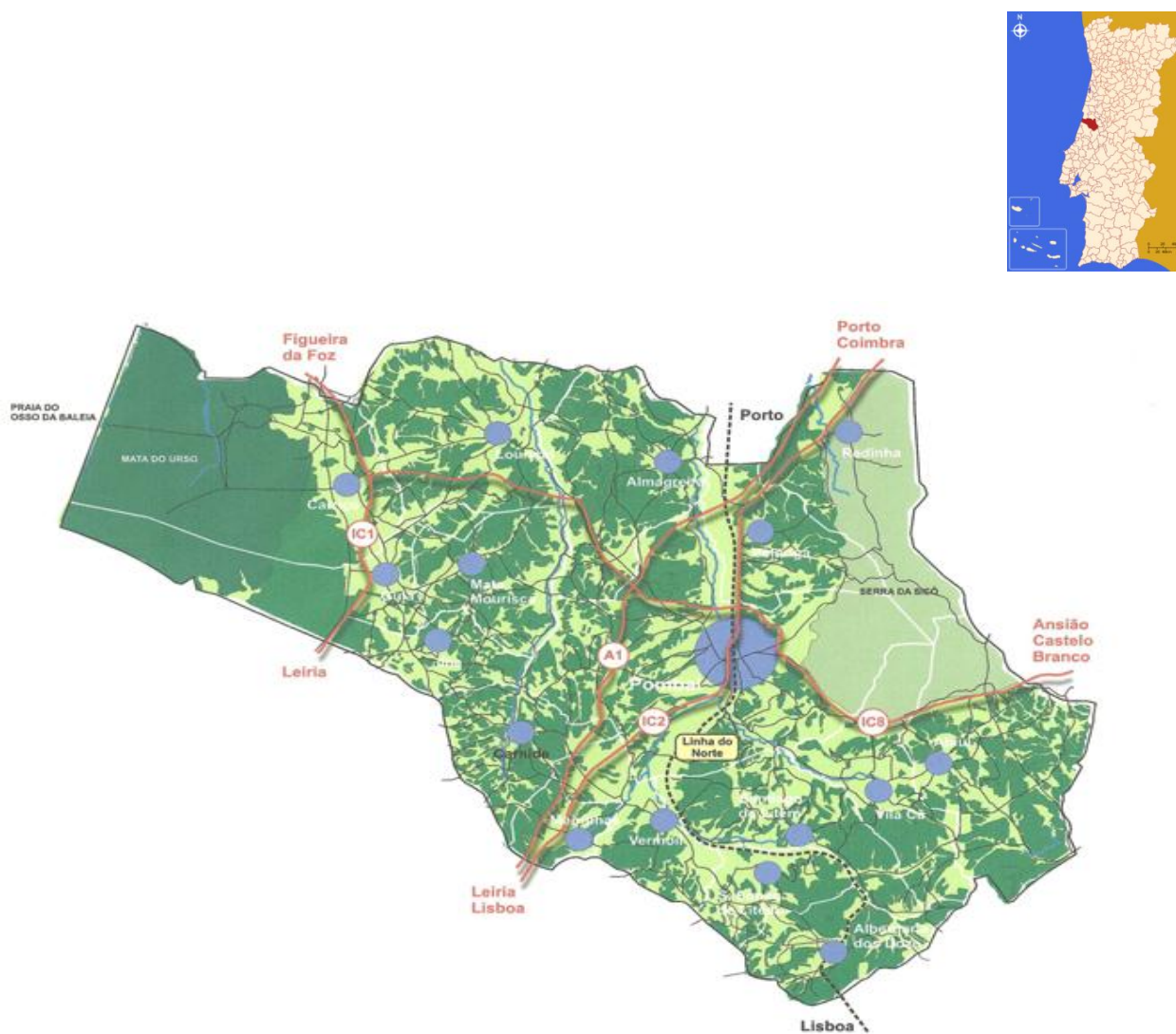
Encontramos mamíferos como o coelho, o javali, a raposa, a gineta e o morcego de água. Répteis como o sapo e a cobra-rateira. Junto aos cursos de água encontramos a rã verde, o tritão marmoreado e a salamandra. Podemos ainda encontrar aves de rapina como o peneireiro de dorso malhado que nidifica nas escarpas mais íngremes, a águia de asa redonda, o bufo real e o mocho real. Mais comuns são espécies como a perdiz, a gralha, poupas, pombos e rolas⁴.

⁴ Em Portal do Município de Pombal disponível em www.cm-pombal.pt/conhecer_pombal/about_pombal/geografia.php consultado a 27/03/2011

1.1 . O espaço geográfico

O concelho de Pombal está localizado no centro litoral português e possui uma área geográfica de 626.23 Km². Situa-se entre os concelhos de Ansião, Alvaiázere, Ourém, Leiria, Soure e Figueira da Foz estendendo-se a Oeste até ao Oceano Atlântico.

Ilustração 2 – Mapa do concelho de Pombal



Escala: 1:30 000

Situado, como já foi referido, a quarenta quilómetros de Coimbra e a vinte e cinco de Leiria, o concelho localiza-se num eixo de confluência das principais vias rodoviárias e ferroviárias do país.

É atravessado, actualmente, no eixo Norte-Sul pelas Auto Estradas entre Porto e Lisboa (A1) e (A17), pelo IC2 (antiga EN1), pelo IC1 e pelas Linhas Ferroviárias do Norte e do Oeste. No eixo Este-Oeste é atravessado pelo IC8 entre a Figueira da Foz e Castelo Branco, com ligação a Madrid. No Litoral existe a Estrada Atlântica, uma via turística com ciclovia que liga a Praia do Osso da Baleia, no concelho de Pombal, às praias dos concelhos de Leiria, Marinha Grande e Nazaré. Em termos de acessibilidades intra-concelhias e regionais o concelho de Pombal possui também 3 estradas nacionais, devidamente redimensionadas e desclassificadas: a EN 237, a EN 237-1 e a EN 1.6.

Por todo o território do concelho a rede viária comporta cerca de 1.500 km de estradas e caminhos municipais.

No que concerne a cursos de água o mais significativo é o rio Arunca que nasce em Albergaria dos Doze deste concelho e vai entrar nas águas atlânticas junto à Figueira da Foz.⁵

A Serra da Sicó situa-se a este da cidade de Pombal. De entre a riqueza do Maciço da Sicó destaca-se a extracção de pedra calcária para os mais diversos fins, as nascentes que se revelam recursos hídricos importantes para o abastecimento público e uma paisagem propícia à atração de turismo quer para passeio quer para a realização de algumas práticas desportivas⁶.

⁵ CÂMARA MUNICIPAL DE POMBAL - *Portal do Município de Pombal* disponível em www.cm-pombal.pt/conhecer_pombal/about_pombal/geografia.php

⁶ Cunha, Lúcio – Maciço de Sicó – Valorização dos recursos naturais e criação de emprego a nível local disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/12120/1/sico.pdf> consultada a 25/8/2011

2. A PARÓQUIA

As paróquias do Antigo Regime não eram delimitadas por marcos ou por quaisquer outros meios materiais como era uso para as propriedades. O seu centro de referencial era a igreja. No caso de Pombal, além da pequena ermida construída pelos cavaleiros templários no interior do Castelo, provavelmente em fins do século XII, veio a possuir, já no final do reinado de D. Afonso II, três igrejas paroquiais; a da Santa Maria do Castelo, junto ao mesmo; a de S. Pedro, onde hoje se situa o cemitério e a de S. Martinho, actual e única Matriz, cuja existência remonta aos inícios do século XIII⁷. Aí se praticava o culto e se enterravam os mortos. Era o pólo referencial à volta do qual vivia toda uma sociedade.

Ilustração 3 – Castelo de Pombal



⁷ Gomes, Saul António – Op. Cit., p.27

Ilustração 4 – Igreja de Santa Maria do Castelo



A igreja de S. Martinho foi reedificada por volta de 1520 em consequência do crescimento demográfico, segundo Pinho Leal⁸, é-lhe incorporada em 1551 a capela abobadada de Nossa Senhora da Piedade, mandada construir pelo capitão Jorge Botelho, natural de Pombal e participante na conquista da Índia, onde residiu aproximadamente dezoito anos, e que se encontra sepultado na mesma⁹. A exiguidade do espaço desta igreja, resultante do crescimento populacional impõe obras de ampliação, recebendo assim o portal que se mantém na actualidade com a inscrição da data de 1677 na sua parte superior.

⁸ EUSÉBIO, Joaquim Vitorino Videira - Op. Cit.

⁹ *Ibidem*

Ilustração 5 – Igreja de S. Martinho



A torre sineira da mesma data, teria importado na época em 2000\$000, segundo Pinho Leal.¹⁰ Destaca-se também a talha dourada da capela-mor, estimando-se que seja da mesma época, já a porta lateral por baixo do púlpito exhibe a data de 1611.

Ilustração 6 – Capela-mor da Igreja de S. Martinho



¹⁰ EUSÉBIO, Joaquim Vitorino Videira – Op. Cit

2.1. A Misericórdia

O papel das Misericórdias foi relevante e essencial no contexto da assistência aos pobres e aos doentes.

Iniciado este movimento em 15 de Agosto de 1498 por D. Leonor, viúva de D. João II, desempenharam um inestimável valor social.

Nestes primeiros tempos da modernidade era fundamental a salvação da alma. Assim, o Homem conseguia atingir esse objetivo que mais não era do que a recompensa pelas boas obras praticadas em consequência da fé que possuía. Verifica-se assim, uma estreita relação entre a ideia de salvação e a ação que se pretende das Misericórdias¹¹.

O importante papel desempenhado por esta rainha no âmbito da assistência foi fundamental e decisivo, tal como a iniciativa do rei D. Manuel I que fomenta a criação pelo país de organizações similares à Misericórdia de Lisboa.

Verifica-se assim, a iniciativa pela parte da Coroa de proceder a uma reforma das instituições e do processo assistencial, cuja génese vem de uma matriz espiritual construída à luz dos ensinamentos de Cristo¹². A humildade e a pobreza eram as pedras angulares na sua construção e ao serviço dos pobres, incluindo a pobreza envergonhada, dos presos e dos doentes. Em relação aos primeiros concedia esmolas e alimentos, aos segundos tomava-os sob a sua responsabilidade e aos doentes pobres socorria-os com diversos apoios, incluindo os medicamentos de que careciam. A sua ação foi extensiva aos expostos e órfãos.

¹¹ *Portugaliae Monumenta Misericordiarum* (dirigido por PAIVA, José Pedro), vol. 1 - *Fazer a História das Misericórdias*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 2002

¹² FIGUEIRA, António Simões – *A Comunidade de Cernache, a Governança Municipal (1787-1834)*, Dissertação de Mestrado em História Moderna: Poderes, Ideias e Instituições, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009

Uma particularidade notável foi a de chamarem a si essa matriz espiritual cristã sem, no entanto, serem instituições religiosas. Permaneciam sob a alçada régia, só a ela prestavam contas, exceptuando as suas próprias igrejas e objetos de culto¹³.

A implantação rápida que se materializou em todo o território, satisfez plenamente as pretensões de D. Manuel I e dos seus descendentes, não apenas pelo seu apadrinhamento, mas também porque satisfazia os desejos e sobretudo as necessidades das populações. Em finais do seu reinado já existiam 77 misericórdias, aumentando no seguinte, o de D. João III, para 127¹⁴.

Verifica-se com este crescimento exponencial, ao qual não são estranhas inúmeras facilidades de implantação no território, um aumento inerente das suas responsabilidades e competências no plano assistencial. O melhor exemplo que merece referência é a anexação dos hospitais que obrigaram a uma maior abrangência da sua área de ação e conseqüentemente a um maior financiamento, nomeadamente ao incorporarem os legados pios incumpridos.

Subjacentes aos legados pios estavam os medos e superstições próprias das sociedades do Antigo Regime, onde a salvação da alma era de todo fundamental. Com essa finalidade, eram lavrados testamentos cujas disposições incluíam bens e ações.

Por exemplo, o pagamento de um determinado número de missas anuais era feito com o rendimento proveniente de determinados bens. A finalidade, como já foi referido, era a salvação da alma, mormente se esta se encontrava no Purgatório, porque sendo um estágio intermédio no percurso para o Paraíso e de duração incerta, implorava-se com missas pela complacência divina para que fosse rápido o percurso a cumprir.

Voltando à implantação das Misericórdias, cujo êxito é de salientar, o mesmo foi conseguido em grande parte devido ao envolvimento com as elites locais, que viam nessa

¹³ PAIS, Fernando José Gouveia – *Reconstituição de uma Comunidade Histórica, Soure 1685 – 1735*, Dissertação de Mestrado em História Moderna: Poderes, Ideias e Instituições, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010

¹⁴ *Ibidem*, p.53

participação uma visibilidade social assegurada e por conseguinte um aumento da sua importância num país cuja ruralidade era uma característica evidente.

O plano assistencial era na sua origem de dedicação ao próximo, mas o aumento da riqueza proporcionava outro poder atrativo que influenciava essas elites, provocando uma amálgama do espiritual com o material, comprometendo os objectivos que inspiravam a sua génese, mesmo que se tente obstar a tal com a indicação de que o irmão “*seja abastado de fazenda de maneira, que possa acudir ao serviço da Irmandade, em cair em necessidade, e sem suspeita de se aproveitar do que correr por suas mãos*”¹⁵.

De acordo com as inquirições paroquiais de 1721 os estatutos da Misericórdia de Pombal datavam de 1630¹⁶. José Pedro Paiva¹⁷ indica a sua fundação como anterior a 1679, não aceitando a data de 1505 avançada por Amadeu da Cunha Mora.

Os estatutos da Misericórdia de Pombal irão desaparecer na sequência dos acontecimentos de 1811, protagonizados pela terceira invasão francesa, seguindo os da sua congénere de Lisboa entretanto mandados vir¹⁸. Só virá a possuir novos estatutos em 1872, aprovados pelo Conselho do Distrito, em 1873.

¹⁵ Santa Casa da Misericórdia. *Lisboa – Compromisso da Santa Casa de Misericórdia de Lisboa*, p.1 in PAIS, Fernando José Gouveia – Op.Cit.

¹⁶ Arquivo Universidade Coimbra - *Informações Paroquiais de 1721- Pombal* (22 Maio) – fls. 1-3 v. – Padre José Pinto, vigário de Pombal in EUSÉBIO, Joaquim Videira – Op. Cit.

¹⁷ *Portugaliae Monumenta Misericordiarum* (dirigido por PAIVA, José Pedro), vol. 6 – *Estabilidade, Grandeza e Crise: da Restauração ao final do Reinado de D. João V*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 2007, p.206

¹⁸ Arquivo Distrital de Leiria, Caixa 50, maço 9 – *Mappa demonstrativo das Mizericordias*, 4 Setembro de 1939 in EUSÉBIO, Joaquim Vitorino Videira – Op. Cit.

2.2. O Hospital da Misericórdia

No que concerne ao hospital, sabe-se segundo as inquirições de 1721, da sua inexistência. Porém o padre Carvalho da Costa relata em relação aos primórdios do século XVIII, que “*a Igreja da Misericórdia tem bastante renda porque como fica na estrada real, são muitos os enfermos e pobres passageiros, especialmente nos tempos das Caldas*¹⁹”, o que poderia indiciar a existência do mesmo.

Sabe-se que muitos dos viajantes que se dirigiam às Caldas da Rainha para tratamento termal traziam uma guia passada pelas misericórdias das suas terras de origem nas quais se pedia auxílio das autoridades do percurso, sendo-lhes assim facultado alojamento e esmola, o que reforça a hipótese da sua presença.

A data inequívoca que confirma a sua existência é, porém, a de 1805: “*(...) sendo a freguesia de S. Martinho de Pombal das mais extensas deste Bispado e de maior número de freguesias, a maior parte destes pobríssimos, porque sendo acometida a dita freguesia de huma espece de epidemia em que os infermos perecião, a Santa Casa (...) lhe mandou erigir Huma espece de Ospital ou Albergue, em que se recolhessem, e curassem, com vista de Medico, Sirurgião, botica e enfermaria que deles cuidasse*²⁰”. As despesas sobrepuseram-se aos rendimentos e encerrou.

Em 1835, a Câmara mandou projetar a “*formação de hum hospital para os enfermos indigentes*”²¹. As obras realizar-se-ão entre 1832 e 1837 e mais tarde ampliadas entre 1848 e 1850. A hospedaria e a enfermaria eram constituídas por duas casas com dois quartos térreos situados junto à Igreja da Misericórdia.

¹⁹ EUSÉBIO, Joaquim Vitorino Videira – Op. Cit., p. 203

²⁰ *Processo de Breve Papal de 1805* in EUSÉBIO, Joaquim Vitorino Videira – Op. Cit. p. 204

²¹ EUSÉBIO, Joaquim Vitorino Videira – Op. Cit. P. 204

Ilustração 7 – Portal da Igreja da Misericórdia



Ilustração 8 – Ruínas da Igreja da Misericórdia (vista de cima)



2.3. As Confrarias

As confrarias tiveram a sua origem em movimentos associativos e por consequência eram pouco controladas pela igreja. Pretendeu-se após o período pós-tridentino especificar e tornar claro o seu campo de ação²².

A prática do culto ritualiza-se e estas associações prestam assistência aos seus confrades mais desprotegidos tanto em vida como na morte.

O prestígio que lhes é reconhecido proporciona aos seus membros uma completa identidade social retirando daí algum prestígio e permitindo-lhe viver integrado nessa comunidade identificado com os seus preceitos doutrinários²³.

Em Pombal existiam, em 1839, seis confrarias cuja função principal dizia respeito à manutenção da igreja e do culto²⁴. Com essa finalidade recorria-se à cotização para custear as obras e as suas despesas de conservação, organizavam procissões, festas religiosas e entre outras realizações.

Indicam-se no quadro seguinte as confrarias, assim como os eventos que organizavam e os respetivos custos.

²² FIGUEIRA, António Simões – Op. Cit.

²³ *Ibidem*, p.19

²⁴ EUSÉBIO, Joaquim Vitorino Videira – Op. Cit.

Quadro I - Confrarias de Pombal (1839)²⁵

Confrarias	Festa	Custo
Santíssimo Sacramento de S. Martinho de Pombal	Semana Santa	50\$000
Ordem Terceira de N ^a Sr ^a do Carmo	Semana Santa	14\$400
Santa Casa da Misericórdia de Pombal	Semana Santa	40\$000
	Visitação de St ^a Isabel - 2 de Julho	22\$000
Confraria das Almas de S. Martinho de Pombal	S. Miguel, orago da confraria	8\$500
Confraria de N ^a Sr ^a do Rosário da Matriz de Pombal	1 ^o Domingo de Outubro em honra de N ^a Sr ^a do Rosário	12\$000 a 14\$400

²⁵ EUSÉBIO, Joaquim Vitorino Videira – Op. Cit, p. 209

3. OS DOMÍNIOS SENHORIAIS

As casas senhoriais eram possuidoras de bens patrimoniais de grande valor, o que lhes permitia auferir de elevados rendimentos. Temos como exemplo a casa do Marquês de Pombal e do Marquês do Lourçal, conforme se demonstra nos quadros seguintes, sem esquecer que neste território era a Ordem de Cristo aquela que maiores rendimentos senhoriais retirava, desde logo por ter detido o exercício dominial do concelho²⁶.

Quadro II - Rendimento da Casa do Marquês de Pombal²⁷

Ano	1793/1794
Bens da Coroa	6,55%
Comendas	18,04%
Tenças	0,0%
Soma	24,59%
Bens patrimoniais	75,41%
Juros públicos e privados	0,0%
Soma	75,41%
Rendimentos em reis	45.575.928
Rendimentos Deflacionados	58.602.234

²⁶ Sobre os interesses fundiários e senhoriais da Ordem de Cristo em Pombal, veja-se : Torre do Tombo – *Ordem de Cristo: Tombo da Comenda de S. Martinho de Pombal*, Manuscrito nº 409

²⁷ EUSÉBIO, Joaquim Vitorino Videira – Op. Cit.

Em 1737, Sebastião Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal, herda de seu tio arcipreste Paulo de Carvalho e Atayde, a Quinta da Gramela²⁸ que vem aumentar o seu património. Esta quinta era de grande extensão, estendendo-se pela aldeia do Carregueiro e pela Aldeia dos Redondos. Era propriedade coutada desde o século XVI. Mais tarde, foi neste local que em 1759, por alvará de 24 de Março, foi criada a Real Fábrica de Chapéus de Pombal²⁹.

Ilustração 9 – Solar da Quinta da Gramela



²⁸ EUSÉBIO, Joaquim Vitorino Videira – Op. Cit.

²⁹ *ibidem*

Quadro III - Rendimento da Casa do Marquês do Louriçal³⁰

Ano	1806
Bens da Coroa	5,57%
Comendas	40,51%
Tenças	10,83%
Soma	56,92%
Bens patrimoniais	42,98%
Juros públicos e privados	0,1%
Soma	43,08%
Rendimentos em reis	26.916.498
Rendimentos Deflacionados	21.148.159

A posse destes elevados valores, como se demonstra, determina as relações sócio-económicas que dominavam à época. Como exemplo, observe-se a Comenda de S. Martinho (Pombal) que foi propriedade da Ordem de Cristo, concedida depois aos Castelo Melhor.

O Padre Carvalho da Costa³¹ calcula o seu rendimento na elevada quantia de 4.000 cruzados. Era detentora de 14 lagares de azeite que a seguir se indicam, sendo os primeiros 13 de água e o décimo quarto de bois:

³⁰ EUSÉBIO, Joaquim Vitorino Videira – Op. Cit.

³¹ COSTA, Padre António Carvalho da - *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal, tomo II, Lisboa, 1708*

- ✓ Lagar da Vila (junto à vila de Pombal)
- ✓ Lagar junto à Venda da Cruz
- ✓ Lagar junto aos Caseirinhos
- ✓ Lagar de Sá, limite de Flandes
- ✓ Lagar junto ao Pisão
- ✓ Lagar da Ribeira do Avelar
- ✓ Lagar junto a Trás os Matos
- ✓ Lagar de S. José, termo de Leiria
- ✓ Lagar da Ponte de Assamaça
- ✓ Lagar de Santorum
- ✓ Lagar de Água Travessa
- ✓ Lagar do Castelo

A Comenda de S. Martinho também era possuidora de vários moinhos que se apresentam no quadro seguinte.

Quadro IV – Moinhos da Comenda de S. Martinho e respectivo foro³²

Moinho	Foro
Grilos	1 alqueire de pão meado
Grilos	1 alqueire de trigo
Mata Laceira, limite da Rib ^a de Litém	2 alqueires de trigo
Ribeira da Ordem	2 alqueires de pão meado
Ribeira da Pipa	2 alqueires de trigo
Ribeira da Roussa	1 alqueire de milho grosso
Ribeira de Gaia	3 alqueires de trigo
Ribeira de Gaia	4 alqueires de trigo
Ribeira de Litém	2 alqueires de trigo
Ribeira de Litém	2 alqueires de trigo
Ribeira de Litém	2 alqueires de pão meado
Ribeira de Litém	1 alqueire de trigo
Ribeira de Santiais e de Gaia	4 alqueires de trigo
Ribeira do Avelar	1,5 alqueire de trigo
Ribeira do Cubo	4 alqueires de trigo
Ribeira do Cubo	3 alqueires de trigo
Ribeira do Cubo	3 alqueires de trigo
Ribeira do Pisão	2 galinhas
Ribeira do Travasso	2 alqueires de milho

³² EUSÉBIO, Joaquim Vitorino Videira – Op. Cit., p.143

Ribeiro da Boussa	1 alqueire de trigo
Ribeiro de Santiaais	2 alqueires de pão meado
Ribeiro de Trás os Matos	2 alqueires de trigo
Ribeiro do Avelar	2 alqueires de trigo
Souto de Vila Cã	1 alqueire de cevada
Viuveiro	1 alqueire de trigo

Possuía também noventa prazos disseminados pelo concelho, alguns subdivididos em várias parcelas, totalizando 237 propriedades que produziam grandes rendimentos àquela casa senhorial por meio dos foros pagos.

Como se sabe, a existência de foros pressupõe uma relação de carácter enfiteutico, entre o foreiro, ou enfiteuta, o qual detém o domínio útil do bem e o senhor, ou proprietário, que possui o domínio direto desse mesmo bem³³.

Verifica-se alguma heterogeneidade na categoria social dos foreiros. Assim, se a maioria eram simples agricultores, surgem, por exemplo, elementos da burguesia tais como, médicos, juristas e também elementos da nobreza local, caso dos Almeida, Mancelos, Agorrêta e Valdez, além de figuras castrenses como os Capitães-Mores de Pombal e Tomar. Até o próprio Marquês de Pombal era enfiteuta de 8 prazos.

As residências dos foreiros eram muito diversas, embora a maioria vivesse em Pombal, ou no concelho, havia foreiros de Penela, Leiria, Soure e até de Lisboa.

³³ EUSÉBIO, Joaquim Vitorino Videira – Op. Cit.

Os prazos no total de 237, eram constituídos por 119 terras de lavra, 20 olivais, 10 pomares e hortas e 38 vinhas, o que indicia o tipo de exploração económica do solo no concelho nos finais do Antigo Regime.

De estranhar o facto da existência de apenas 2 pinhais. Verifica-se igualmente como prazos 17 casas, 2 fornos de pão e 1 moinho. Estes prazos eram por 3 vidas, no fim das quais o senhor podia dispor da propriedade conforme fosse do seu interesse. Caso fossem terras, o seu valor era atribuído segundo a quantidade de cereais que comportassem.

O trigo era o cereal de referência, excetuando um caso em que este cálculo era efetuado utilizando o milho.

Considerando o valor total das propriedades da Comenda este atinge os 805 alqueires de trigo, sendo que apenas um prazo atinge os 40 alqueires. O cálculo no que concerne às vinhas era feito pelo número de cavadores empregues no seu cultivo, somando este 622 homens, destacando-se 1 prazo cuja pertença era do Marquês de Pombal, na zona de Outeiro de Galegas que, só esse, levava 104 homens.

Apresenta-se, assim, os rendimentos da Comenda de S. Martinho, expressos no próximo quadro.

Quadro V - Rendimentos dos prazos da Comenda de S. Martinho em 1800³⁴

Trigo	Milho	Galinhas	Ovos	Dinheiro
645 alqueires	59,5 alqueires	2 capões 26,5 galinhas 1 frango ou 20 reis	3,5 dúzias	6.410\$000

³⁴ EUSÉBIO, Joaquim Vitorino Videira – Op. Cit, p.144

Além dos rendimentos expressos no quadro anterior, recebia também 53 alqueires de cevada, 22 de azeite, 1 almude e 7 canadas de vinho mosto e 6 alqueires de pão meado de trigo e cevada. A considerar ainda 2 casos de pitaças, recebendo a Comenda *”metade de 1 porco ou 600 reis em dinheiro no ano de boleta e no ano que não for dela metade de uma marra ou 160 reis e meia carrada de palha de trigo ou 100 reis por ela e meia carrada de lenha”*³⁵.

O prazo da Pelariga era o que mais trigo produzia e era explorado por Francisco Pringrino de Meneses, de Pombal, e atingia os 140 alqueires. Em dinheiro, os maiores foros eram pagos pelo Marquês de Pombal e diziam respeito ao prazo de Vérigo, o qual englobava a própria localidade e totalizavam a importância de 1.900 reis. Esta quinta tinha grande dimensão e encontra-se bem descrita no Tombo de S. Martinho:

*“Tem muitos olivais e terras de rega e seu pomar e fora dele muitas árvores de fruto e uma boa vinha. Tem umas boas casas de sobrado com as suas lojas, tem seu celeiro que é casa térrea, mais 3 casas térreas que servem de estrebaria. Tem por detrás um quintal murado que tem árvores de espinho e outras mais. Tem mais uma capela por detrás das ditas casas com invocação de S. Lourenço, a qual tem a sua imagem e a de Cristo Nosso Senhor Crucificado e sua Mãe Maria Santíssima e S. Vicente e seu arco e seu alpendre. Tem esta quinta dentro em seu circuito currais de gado e palheiros. Junto à estrada tem mais 2 casais de casas térreas, uma delas arruinada, a que chamão Boavista”*³⁶.

Aquando do estabelecimento do contrato entre senhor e enfiteuta, as condições deste eram definidas em pormenor, mormente as referentes ao pagamento do foro e a cessação do

³⁵ EUSÉBIO, Joaquim Vitorino Videira – Op. Cit. , p.144

³⁶ *Ibidem*, p. 144 - 145

contrato entre os intervenientes. No que concerne aos pagamentos dos foros em trigo, estes eram efetuados em Agosto, os do milho em Novembro e as galinhas pelo Natal. Respigamos este exemplo:

“Reconhessimento que fazem o Douttor Jozé Ricardo Valdes e sua Molher Donna Maria Joanna Travassos da Silveyra desta villa do Prazo chamado da Vaginha. Foro: vinte alqueres de cada hum anno, o Dizimo de tudo e o Laudemio na forma costumada (...) elle, procurador dos ditos Emphiteutas, disse que reconhessia ao Excelentissimo Comendador e Ordem de Christo por senhores do dito prazo cujo prazo constava de varias terras e que elles Emphiteutas se obrigavão a pagar prontamente o dito foro de vinte e hum alqueres de trigo bom, limpo e capas de receber, vencido anualmente no dia de Nossa Senhora de Agosto em cada hum anno, posto e medido no seleyro da mesma Comenda e isento o mesmo foro de todo e qualquer tributto novo ou velho e outro sim de coltivar e fabricar bem o mesmo prazo de maneira que vá sempre a melhor e não a pior e que não pagando o dito foro no dito dia de Nossa Senhora serião logo executados pello juízo da executória da mesm Comenda ou por qualquer outro juízo que o dito Excelentíssimo Comendador escolher como dívida verdadeyramente real sem que elles Emphiteutas possão alegar esterelidades gerais nem especiais nem outros alguns embargos pois que não serião ouvidos em juízo nem fora delle sem primeyro pagarem o que estiverem a dever e que sendo cazo que o dito prazo padessa alguma mina por alguns dos cazos furtuitos em direyto e espessificados se obrigavão a pôr tudo no melhor estado como antes estavam sem que o Excelentissimo Comendador ou a Ordem sejião obrigados a dar lhe couza alguma para isso obrigando se outro sim a trazer se sempre o dito prazo junto, sem separação alguma, na conformidade do Direyto nem poder dar, vender, trocar, escambar o mesmo prazo sem licença espessa do mesmo Excelentissimo Comendador podendo este uzar do sabido Direytoda opção e quando tenham precedido de Deereito para a venda de nunca mas sim a pessoa que bem pague o dito foro e cumpra

com as condições do dito prazo pagando o respectivo laudémio ao Excelentíssimo Comendador, e não pedindo a dita licença e nem pagando o dito laudémio ficará assim tudo nullo e sem efeito”³⁷.

Os Condes de Castelo Melhor possuíam, na Comenda da Redinha (Nossa Senhora da Conceição), somente 9 foros, destacando-se pela sua importância o olival da Ordem, em Santo Aleixo, cujo pagamento era de 3.000 reis. Entre estes contavam-se 7 casas, 5 das quais se situavam na Rua do Rio, na Redinha. Possuíam também 2 moinhos de azeite, um deles junto à ponte, mas que estavam com mais 3 moendas de pão e 2 serrados, doados ao Colégio de Tomar que a Ordem de Cristo tinha em Coimbra. Possuíam, além disto, também 3 pisões.

A Ordem de Cristo possuía 4 prazos na Redinha, situando-se a maioria na zona do Ourão. Curiosamente aí surge-nos um único foro, na Mata do Ourão, de carácter colectivo, com 8 enfiteutas.

³⁷ EUSÉBIO, Joaquim Vitorino Videira - Op- Cit., p.145 - 146

4. O CONCELHO

Durante o Antigo Regime a fronteira entre a administração e a justiça era praticamente impossível de distinguir. O Absolutismo por não fazer a sua distinção, juntava as duas funções pura e simplesmente no Rei. A nível dos concelhos a metodologia era semelhante, não sendo igual pelo facto de as reformas administrativas e jurídicas realizadas terem contribuído para a especialização das diversas funções.

A partir de 1822 ocorre uma mudança radical com a publicação do decreto de 20 de Julho de 1822 determina que as câmaras passem a ser eleitas livremente pelos povos. O presidente viria a ser o vereador com mais votos, ficando separadas as funções de carácter económico/administrativo para as câmaras e as judiciais para os juízes³⁸.

4.1. Justiça e a Administração

Acontecia em Pombal o mesmo que em todo o país, por exemplo, na nomeação do Juiz do Povo, que era feita pelo próprio povo e de entre si, embora a escolha recaísse sempre, ou quase sempre, entre os homens bons, ou seja, a elite concelhia. Também nas comendas se via reforçado o poder senhorial, pois competia ao donatário fazer a sua nomeação. Exemplo disso, temos aquando da doação do senhorio de Pombal ao Conde de Oeiras, futuro Marquês de Pombal, do senhorio desta vila, em 1759, o qual recebe o direito da “*nomeação das justiças e officios incluindo os Tabaliaens*”³⁹, o que lhe vai permitir nomear, entre outros, o ouvidor, ou seja, o juiz de segunda instância que passará a acumular a função de juiz dos órfãos por carta régia de 22 de Junho de 1764⁴⁰.

Atentemos em seguida no quadro da magistratura judicial de Pombal.

³⁸ FIGUEIRA, António Simões – Op. Cit.

³⁹ Tombo da Quinta da Gramela, tomo 1, fls.14-16v in EUSÉBIO, Joaquim Vitorino Videira - Op. Cit., p.148

⁴⁰ Tombo da Quinta da Gramela, tomo 1, fls.21-22 in EUSÉBIO, Joaquim Vitorino Videira – Op. Cit.

Quadro VI - Magistratura Judicial de Pombal em 1764⁴¹

Cargo	Funções
Ouvidor	ouvidor (acumula a função de juiz do órfãos)
Juiz Ordinário	juiz ordinário (acumula a função de almoxarife)
3 Escrivães	de cível e crime e tabeliães de notas
2 Escrivães	de cível e crime
Escrivão	de ouvidoria
Escrivão	dos órfãos
Meirinho	da ouvidoria
Porteiro e Jurado	_____

O porteiro desempenhava um serviço estruturador. Eram-lhe dadas instruções e competências de natureza convocatória e de citação.

No quadro seguinte descremos a composição da Administração Municipal de Pombal.

⁴¹ EUSÉBIO, Joaquim Vitorino Videira - Op. Cit.

Quadro VII - Administração Municipal de Pombal em 1760⁴²

Cargo
Procurador do Concelho
3 Vereadores
Escrivão da Câmara
Escrivão de Sisas
Escrivão de Almotaxaria, Inquiridor, Distribuidor e Contador
Porteiro e Jurado
Juízes de Vintena: Assamaça, Pelariga, Ranha, Redondos, Vale e Vila Cã

Os Juízes de “Vintena”, designação esta dada pelas Ordenações Manuelinas e Filipinas a pequenas localidades com mais de 20 vizinhos e distando mais de uma légua da sede do termo⁴³, eram nomeados pela Câmara e tinham a seu cargo a sua representação nessas circunscrições, competindo-lhe ainda a aplicação de pequenas coimas e decisão em causas cíveis de valor restrito.

A nomeação, pela primeira vez da Câmara, dá-se em 1760 por Sebastião José de Carvalho e Melo⁴⁴, cujo direito vem a ser transmitido para os seus sucessores em 17 de Julho de 1767, em cuja data é emitido o alvará régio que atribui ao Conde de Oeiras “*a jurisdição de*

⁴² EUSÉBIO, Joaquim Vitorino Videira - Op. Cit.

⁴³ *Ibidem*

⁴⁴ SENA, Teresa – *Os Poderes Senhoriais: O Caso de Pombal (1760-1807)* in EUSÉBIO, Joaquim Vitorino Videira - Op. Cit.

apurar as Eleiçoens da Câmara da villa de Pombal, de confirmar os que forem eleitos” tudo de juro e herdade para sempre, “de maneira que tem e uza da mesma jurisdição na villa de Oeyras, de que também lhe fiz Doação”. Este privilégio é concedido por serem reconhecidos os serviços que prestou seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que foi Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos⁴⁵.

As últimas pautas eleitorais de que há registo datam de 1807, se bem que em teoria a família continuasse a apurar justiças até finais do Antigo Regime, ou seja, 1834.

Até 1793, eram seis os nomeados: dois juízes, três vereadores e um procurador. Porém entre 1763 e 1778, verificou-se que o donatário nomeou apenas um juiz. Pretendeu-se assim evitar desta forma discordâncias públicas entre os 2 juízes ordinários, como tinha acontecido em 1760, quando estes haviam proferido ordens contrárias no respeitante à permissão de corridas de touros e ao uso de máscaras durante as festas da Vila.

Até 1759, o juiz de fora acumulava funções em Pombal e Redinha e em simultâneo era juiz privativo de uma casa senhorial, auferindo daí reconhecidas vantagens⁴⁶. Vai assim verificar-se o caso de o juiz de fora de Pombal ser também juiz privativo da casa senhorial da família Castelo Melhor. Nessa dupla função teve intervenção direta num conflito havido entre agricultores do Rabaçal, concelho de Penela, os quais se recusaram a pagar direitos senhoriais aos Castelo Melhor. Presume-se ser a sua intervenção tão “isenta” que desde logo obteve uma promoção a desembargador na Relação do Porto⁴⁷.

⁴⁵ Tombo da Quinta da Gramela, tomo 1, fls.22v. a 33 in EUSÉBIO, Joaquim Vitorino Videira - Op. Cit.

⁴⁶ Tengarrinha, José – *Movimentos Agrários em Portugal* in EUSÉBIO, Joaquim Vitorino Videira Op. Cit.

⁴⁷ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Desembargo do Paço, Beira, manuscrito 352 in EUSÉBIO, Joaquim Vitorino Videira - Op. Cit.

Adquirida a concessão do senhorio de Pombal por Sebastião José de Carvalho e Melo, deixa de haver juiz de fora, o qual é substituído pelo ouvidor. Só voltará a havê-lo a partir de 1794, em resultado das reformas de D. Maria, de 1790 a 1792, que tinham por objetivo a abolição dos privilégios jurisdicionais de antanho. São assim extintas as justiças senhoriais e as respetivas ouvidorias.

A cadeia era da responsabilidade do Alcaide.

Nesta época a vila de Pombal era muitíssimo mais pequena do que o é na atualidade, conforme se verifica pela descrição feita em 1768:

“ Achárão elles ditos Louvados, que junto à porta do Arnado, e ilharga della, da parte de fora se devia por marco com o letreiro virado para Poente, e estrada de Coimbra, e que dahi partindo com o dito Arnado e cortando o Rio arunca, devia esta demarcação ir pela serrada do Padre Inocencio dos Santos, thé à quina do Alpendre de São Sebastião, aonde de meteo marco, com as letras voltadas para o Poente e estrada que vem da ponte da Assamassa, e Ribeirade litém para esta villa, e que dahi devia ir esta demarcação direita ao Nascente em roda da Ermida de São Sebastião, e pelas sarradas, e olival da veuva de Manuel Gomes Neves, e Simão dos Santos, athé o alto e quintal do Padre Manuel Soares da Matta, e que descendo athé à Rua dos Chaons. Esta demarcação se meteo marco na entrada da dita Rua, olhando as letras para o Nascente, e que dahi devia ir esta medição ao redor das cazas e serrado dos herdeiros de Manuel Dias sarralheiro se devia por marco no meio das duas estradas que vem se São Lourenço, olhando o letreiro para o Norte, e que dahi devia ir esta demarcação pelo quintal de José Mascarenhas, e fazenda do Capitão Dionísio Gomes da Costa, cortando o Ribeiro athé a estrada Coimbrã e Ponte Pedrinha, e que junto à guarda della da ponte de fora olhando para o Norte se meteo marco: e que dahi indo esta demarcação pelo Ribeiro abaixo ao redor da serca dos Religiózos do Convento de Nossa Senhora do Cardal athé a quina da serca de Frei Valentim, devia cortar ao

Nascente, atravessando o Rio até a ponte do Arnado e primeiro marco que ahi se pós e donde principiou, e finda esta demarcação da Villa: e em todos os sobreditos marcos se achão esculpidas as letras = Oeyras = que são significativas do título de Senhorio da dita villa, e em cada hum dos ditos marcos dous calhaos por testemunhas⁴⁸.

⁴⁸ Tombo da Quinta da Gramela, tomo 1, fls.41v. a 43v. in EUSÉBIO, Joaquim Vitorino Videira - Op. Cit., p.151

CAPITULO II
A POPULAÇÃO

1. BREVE ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DE POMBAL

A análise demográfica apresentada respeita ao espaço da paróquia tendo as fontes utilizadas sido os registos paroquiais e corografias dos séculos XVIII e XIX.

Podemos, assim, traçar o quadro seguinte representando a evolução dos fogos e efectivos populacionais socorrendo-nos das memórias paroquiais de 1758 e 1837 dado não ser possível consultar na sua totalidade as referentes ao período a que este trabalho se refere, ou seja, 1782 a 1834.

Quadro VIII – Evolução dos fogos e habitantes de S. Martinho de Pombal em 1758 e 1837

Ano	Fonte	Fogos	Habitantes
1758	Memórias Paroquiais	1090	3.736
1837	Arquivo Distrital de Leiria - Caixa 73 ⁴⁹	921	3.452

Debruçando-nos sobre os indicadores expressos no quadro anterior, concluímos que a população da paróquia sofreu um decréscimo entre 1758 e 1837, tanto no respeitante a fogos como ao número de pessoas. No entanto conhecemos bem as limitações dos meios existentes na época para a obtenção de resultados em que, atualmente, nos possamos fundamentar com rigor⁵⁰.

⁴⁹ EUSÉBIO, Joaquim Vitorino Videira - Op. Cit., p.178

⁵⁰ Segundo FIGUEIRA, António Simões – Op. Cit., o artigo *A Diocese de Coimbra no séc. XVIII. População, Oragos, Padroados e Títulos de Párocos*, da autoria de Joaquim Ramos de Carvalho e José Pedro Paiva, critica muito objectivamente os quantitativos populacionais indicados em algumas corografias.

Torna-se assim absolutamente necessário que nos debrucemos sobre os dados demográficos obtidos por via dos registos paroquiais de 1782 a 1834, com o objetivo de averiguar se esta tendência populacional se confirma e quais as razões que a justificam.

Estes indicadores não constituem de modo nenhum um estudo demográfico aprofundado, mas apenas servem para identificar algumas características das variáveis demográficas, a fim de nos permitir compreender o sentido da evolução global dos quantitativos populacionais de Pombal, no período referido.

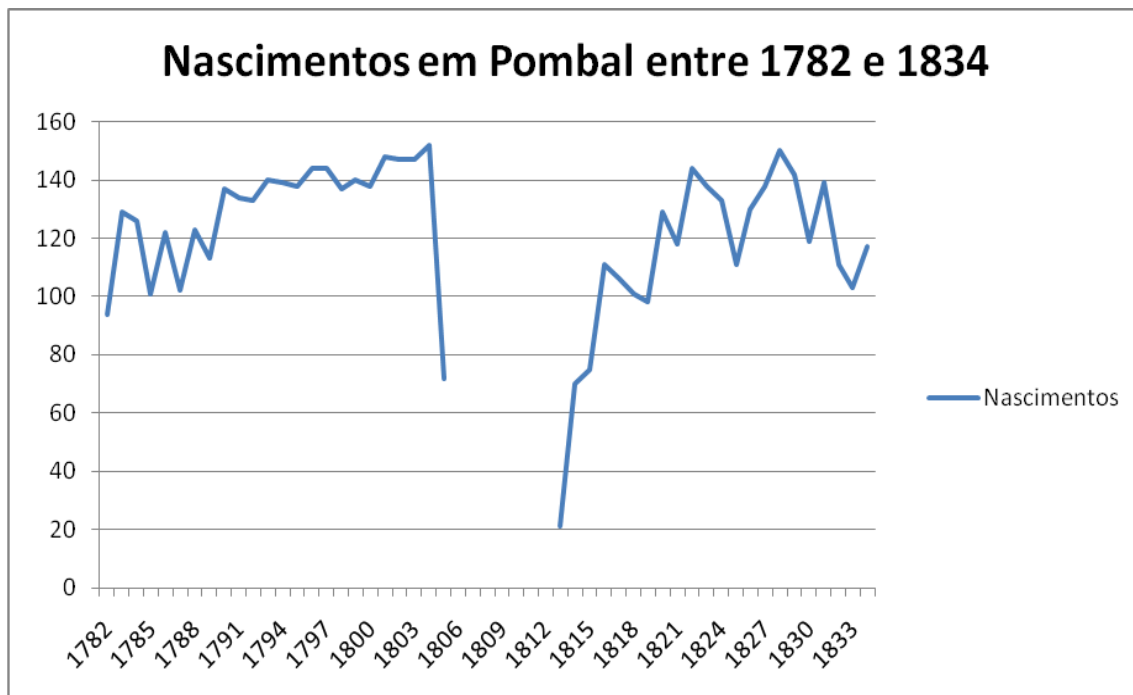
2. AS VARIÁVEIS DEMOGRÁFICAS

Apresentamos em seguida a descrição dos ritmos dos nascimentos, casamentos e mortes ocorridos no período de 1782 a 1834.

2.1. A natalidade

Entre 1782 e 1834, na paróquia de S. Martinho, verificaram-se 5.798 nascimentos devidamente registados e mais 190 cujos registos não apresentavam datas. O número obtido resulta da soma do número dos baptismos registados nos livros de registo dos mesmos, com os nascimentos que se tem notícia através dos registos de óbitos, no caso de crianças falecidas logo após o seu nascimento, muitas das quais não haviam chegado a ser batizadas, ou apenas haviam recebido um batismo “por necessidade”.

Gráfico 1 – Total de nascimentos na Paróquia de S. Martinho de Pombal

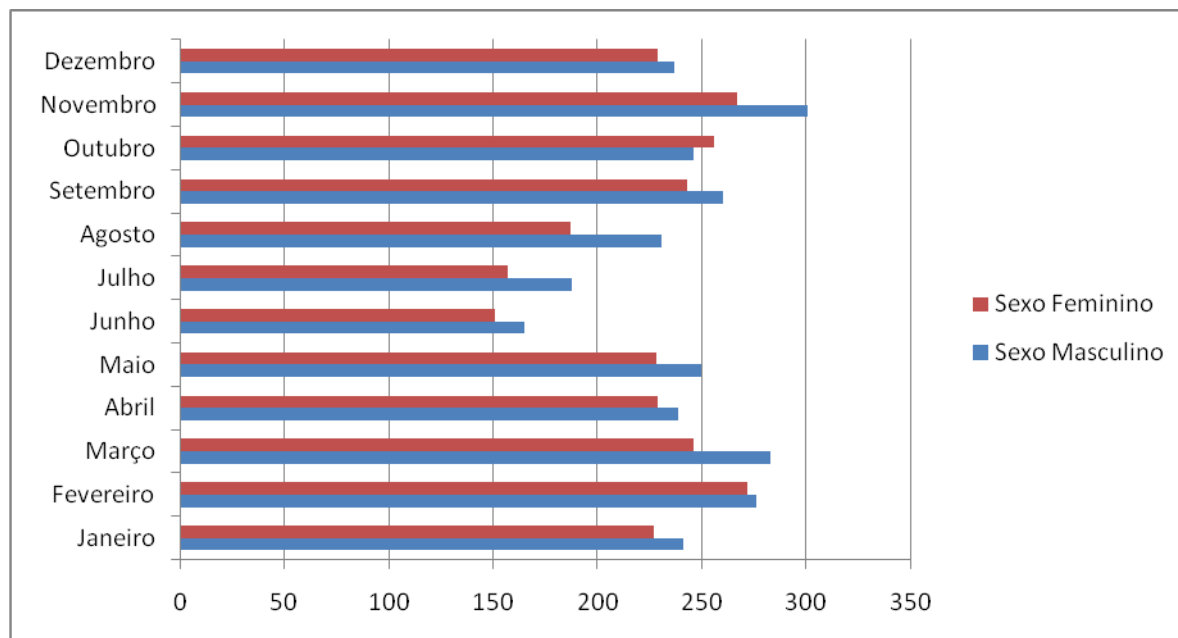


Após um período de tendência de aumento dos nascimentos, verifica-se a ausência de registos no gráfico, o que se deve ao facto de não haver dados de nascimentos entre 27 de Junho de 1805 e 19 de Maio de 1813, provavelmente destruídos durante a terceira invasão francesa.

Constata-se uma quebra brutal dos nascimentos na primeira e segunda década de Oitocentos motivada por esta invasão e pela peste subsequente após o que se segue um período de recuperação com uma tendência de aumento dos nascimentos.

A natalidade que se indica é, na esmagadora maioria, legítima, não se indicando a ilegítima por não ter qualquer expressão no cômputo geral. Este facto poder-se-á talvez atribuir à forte influência exercida pela Igreja, em conformidade com a moral religiosa da época e também, possivelmente, aos nascimentos fora da comunidade por razões diversas.

Gráfico 2 – Sazonalidade dos nascimentos



Constata-se um ligeiro aumento da incidência dos nascimentos nos meses de Fevereiro, Março e Novembro e uma quebra nos nascimentos nos meses de Junho e Julho.

2.2. A nupcialidade

A importância do casamento nas comunidades do Antigo Regime era um acontecimento fundamental no percurso de vida dos indivíduos. Essa importância, em relação a ele próprio, marcava-lhe a definitiva assunção do seu papel como membro da sociedade em que se integrava e por sua vez para a sociedade porque significava um momento de renovação do seu tecido social e portanto a perpetuação da sua existência. Tornava-se assim num bom indicador da vitalidade da comunidade, traduzido não só em termos humanos, mas outrossim económicos, porque sendo o casamento o acto iniciador de um novo lar era também, em simultâneo, uma nova unidade de produção⁵¹.

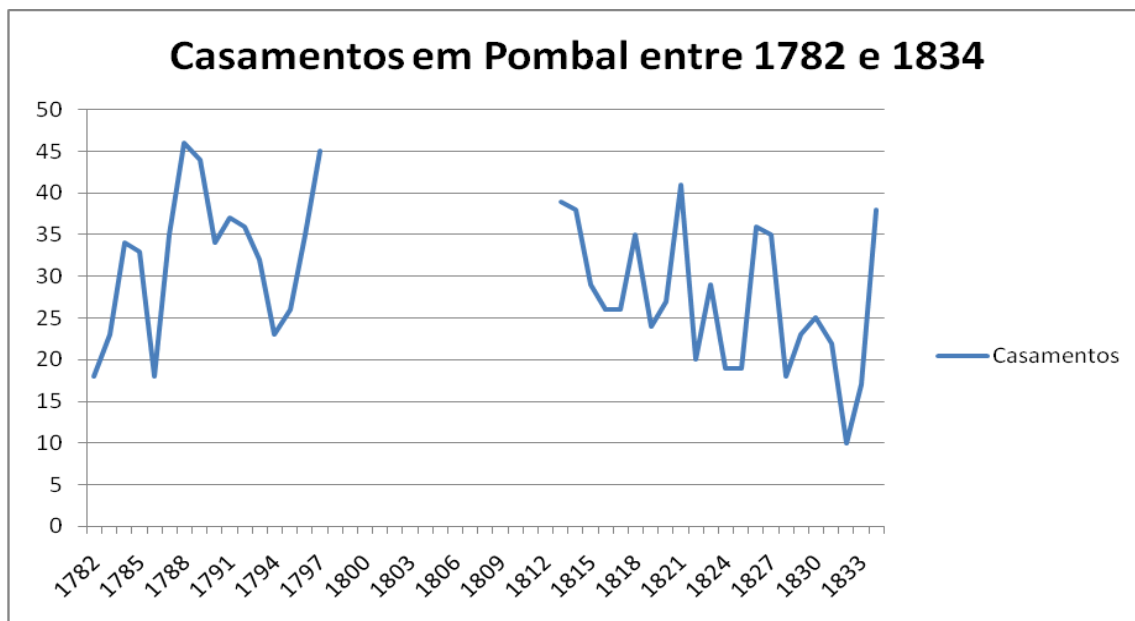
O casamento pressupunha a constituição de família unida pelos laços de sangue, do património e do trabalho. Assim, a formação de um novo agregado, significava a existência das condições materiais necessárias à sua sustentabilidade, garantindo assim o seu lugar como parte integrante da comunidade.

Pena é que os dados apresentados se encontrem incompletos, já que entre 1797 e 1812, uma vez mais, não existem quaisquer registos de casamento, ou outros, devido à destruição perpetrada pelo invasor francês, desconhecendo-se, portanto, o número de enlaces ocorridos nesse período que tanto afetou negativamente a nossa sociedade.

Entre 1782 e 1834 registaram-se na paróquia de S. Martinho de Pombal 1.115 casamentos, representando assim uma média global de 21,4 casamentos por ano.

⁵¹ FIGUEIRA, António Simões – Op. Cit.

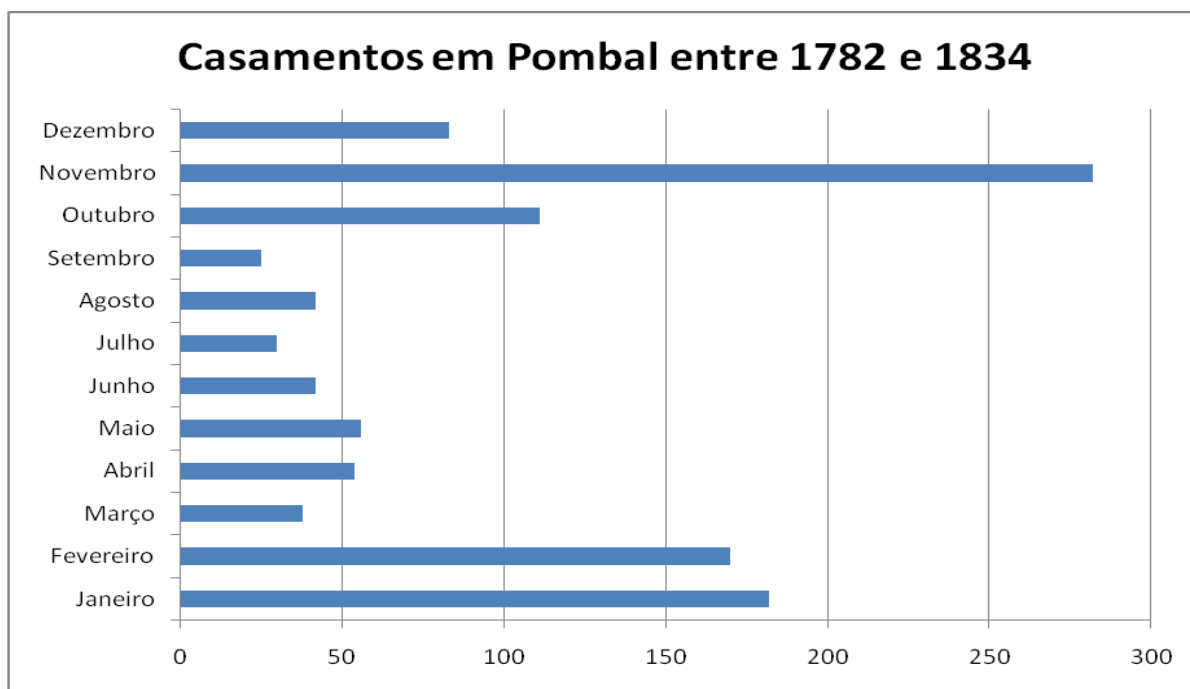
Gráfico 3 – Casamentos na paróquia de S. Martinho de Pombal



Os habitantes de Pombal casavam essencialmente na sua própria paróquia, buscando ocasionalmente parceiros de outras localidades vizinhas, tais como Pelariga, Aldeia dos Redondos, Vale, Outeiro de Galegas, Charneca, Roussa, Escoural, entre outras. Este facto deve-se, na maioria dos casos, à naturalidade dos seus ascendentes por terem raízes nesses lugares. De referir a ausência de dados entre 1797 e 1812 pelo facto de não existirem registos deste período, como já atrás referimos.

A distribuição sazonal dos casamentos entre 1782 e 1834 é representada no gráfico seguinte.

Gráfico 4 – Sazonalidade dos casamentos na paróquia de S. Martinho de Pombal



O gráfico anterior mostra-nos que os meses em que se realizou o maior número de casamentos foram os meses de Novembro, Janeiro, Fevereiro e Outubro. Apresentamos no quadro seguinte os valores absolutos e médias percentuais relativos à sazonalidade dos casamentos.

Quadro IX – Sazonalidade dos casamentos em valores absolutos e médios mensais

Meses	Valores absolutos	Médias percentuais (%)
Janeiro	182	16.3
Fevereiro	170	15.2
Março	38	3.4
Abril	54	4.8
Maiο	56	5
Junho	42	3.8
Julho	29	2.6
Agosto	43	3.9
Setembro	25	2.2
Outubro	111	10
Novembro	282	25.3
Dezembro	83	7.5

Este quadro mostra-nos os meses em que são celebrados maior número de casamentos – os meses de Novembro, Outubro, Janeiro e Fevereiro. Verifica-se uma quebra acentuada registada nos meses de Setembro e Julho, o que indicia a fortíssima influência sobre a sazonalidade dos casamentos que tinham os ciclos agrários. Por exemplo, o mês de Setembro, época das vindimas e o mês de Julho, das colheitas, representam um período de menos enlaces. Os meses de Janeiro e Fevereiro cremos que sejam influenciados pela religiosidade, porquanto, nessa época as pessoas procuravam as “bênçãos” antes da fase de abstinência, ou seja, antes da Quaresma.

2.3. A Mortalidade

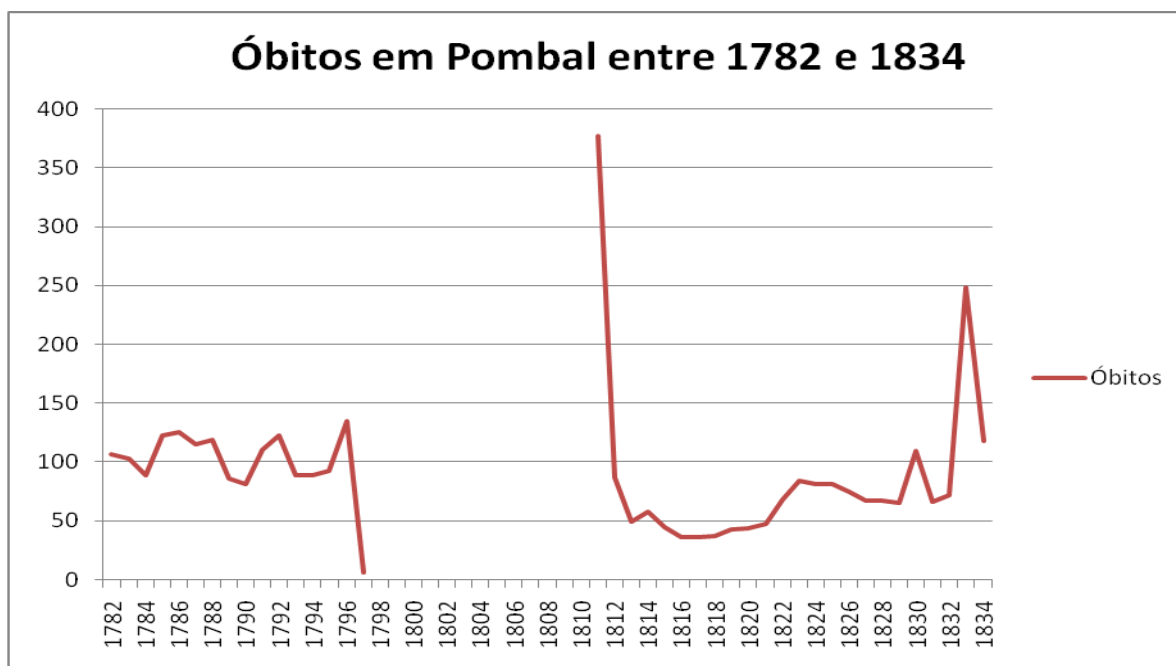
A mortalidade constitui desde sempre e sem qualquer dúvida, o mecanismo decisivo na evolução das populações. Sendo quotidiana, implacável, é ainda o centro de todas as existências, sobretudo dos mais jovens, como escreve Edward Shorter a propósito da realidade europeia – *“No século XVIII, as probabilidades eram que uma em cada três crianças falecesse no primeiro ano de vida e que apenas uma em cada duas atingisse os vinte e um anos de idade. Isto, acrescentando às probabilidades mais elevadas de uma mulher abortar antes de dar á luz, explica os filhos “perdidos”: tinham falecido no útero ou no parto ou na pequena infância⁵²”*.

Entre 1782 e 1834 registaram-se na paróquia de S. Martinho de Pombal 3.653 óbitos. Este número traduz uma realidade - no período objeto deste estudo, o saldo fisiológico da população foi positivo, visto o número de nascimentos (5.798) ter sido superior ao dos óbitos (3.653).

Entre estes dois marcos temporais, a média de óbitos situou-se nos 70/ano, tomando como referência os 3.653 óbitos.

⁵² Shorter, Edward – *A Formação da Família Moderna* in FIGUEIRA, António Simões - Op. Cit.

Gráfico 5 - Óbitos na freguesia de S. Martinho de Pombal



Não se encontram expressos nos gráficos alguns anos entre 1797 e 1812, por terem desaparecido os respetivos livros de batismos e óbitos, na sequência da terceira invasão francesa, como já atrás foi referido.

De salientar as quebras de crescimento verificado nas primeiras décadas de Oitocentos – o peso da terceira invasão francesa e a peste subsequente, seguida de epidemia de cólera-morbus em 1833 que fez muitas vítimas (Pinho Leal⁵³ chega mesmo a referir ruas de Pombal que ficam desertas).

⁵³ Citado por EUSÉBIO, Joaquim Vitorino Videira - Op. Cit.

Muito embora esta epidemia tenha alastrado por todo o concelho, compulsando o livro de óbitos da freguesia de Pombal, verifica-se que a vila é a mais atingida, aqui principiando nos finais de Julho de 1833⁵⁴.

Já desde 1811 que perdurava uma grave crise económica e instabilidade social, com destruição de searas e árvores de fruto, campos arrasados e abandono das aldeias pelas populações residentes. Todos estes problemas conjunturais se vieram a agravar com a terceira invasão francesa, como já foi referido⁵⁵.

Também digno de nota é o ano de 1824, no qual a mortalidade volta a aumentar, atribuindo-se esse facto ao surto de varíola devido à diminuição de vacinação, já que nos anos anteriores foi quase insignificante⁵⁶.

Mais grave foi, sem dúvida, a cólera-morbus que em 1833, como já foi referido, se propagou em todo o país, cuja proveniência se atribuí às tropas belgas do general Solignac que chegaram a Portugal através do rio Douro para auxiliarem as tropas liberais. Foi popularmente denominada “monstro asiático“ e a sua propagação foi rápida beneficiando das condições ótimas existentes na época em Portugal, ou seja, carências alimentares, más condições higiénicas com ruas cheias de dejetos onde os animais se misturavam com as pessoas. Também as habitações careciam das mínimas condições. Eram toscas, de pequenas dimensões, cobertas de telha vã, onde as famílias viviam na maior das promiscuidades⁵⁷.

As crianças, devido à sua tenra idade e carências de auto-defesas, constituíam as principais vítimas. No ano de 1811, conforme se verifica no quadro seguinte, há um aumento de mortalidade, decrescendo no entanto nos anos seguintes. Atribuímos esse aumento brusco de

⁵⁴ EUSÉBIO, Joaquim Vitorino Videira - Op. Cit.

⁵⁵ FIGUEIRA, António Simões – Op. Cit.

⁵⁶ *Ibidem*

⁵⁷ *Ibidem*

mortalidade a carências de toda a ordem, mormente alimentares motivadas em grande parte pela terceira invasão francesa.

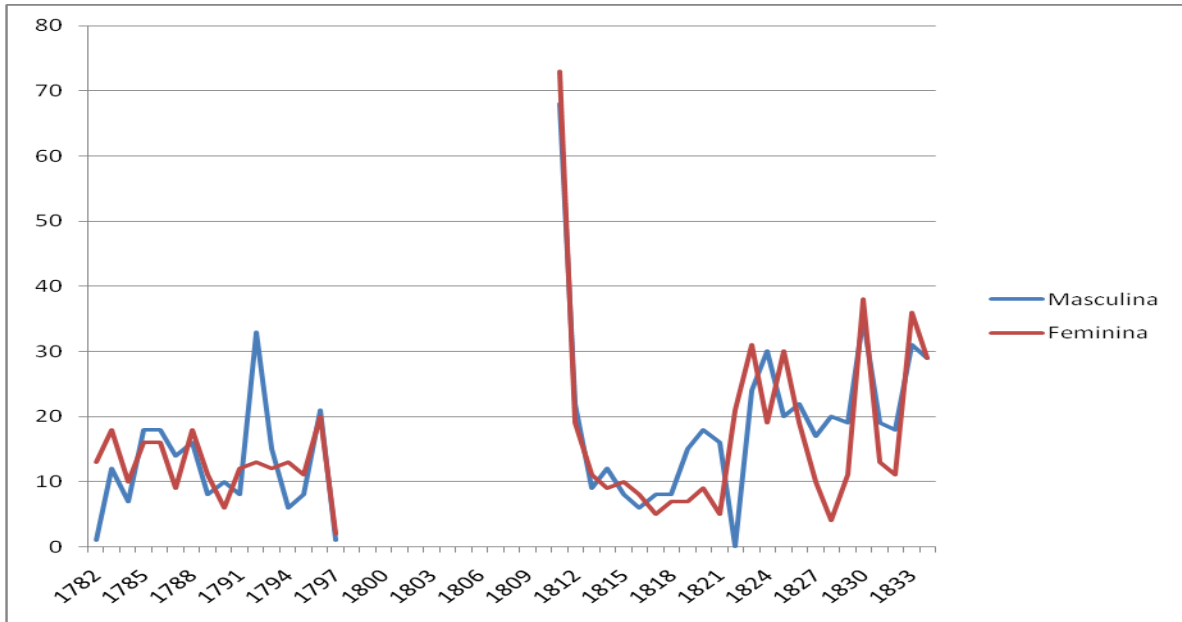
Quadro X – Óbitos de adultos e menores durante as crises de mortalidade de 1811, 1812 e 1813 na paróquia de S. Martinho de Pombal⁵⁸

Ano	Óbitos Adultos		Óbitos de Menores	Total
	Mulheres	Homens		
1811	131	34	141	306
1812	43	42	41	126
1833	90	91	28	209

O aumento da mortalidade infantil, neste caso particular, na freguesia de Pombal, provocada pela guerra peninsular, é bem evidente, decrescendo nos anos subsequentes de 1812 e 1833 ao invés dos adultos, que diminuindo em 1812, voltam a aumentar no ano de 1833 devido, como já foi referido, à epidemia. Este aumento de incidência de mortalidade infantil pode ser confirmado no gráfico que se apresenta em seguida.

⁵⁸ Arquivo Distrital de Leira – Óbitos da Paróquia de S. Martinho de Pombal, livro 4 (1811-1812) e livro 5 (1813-1839)

Gráfico 6 - Mortalidade infantil em Pombal entre 1782 e 1834

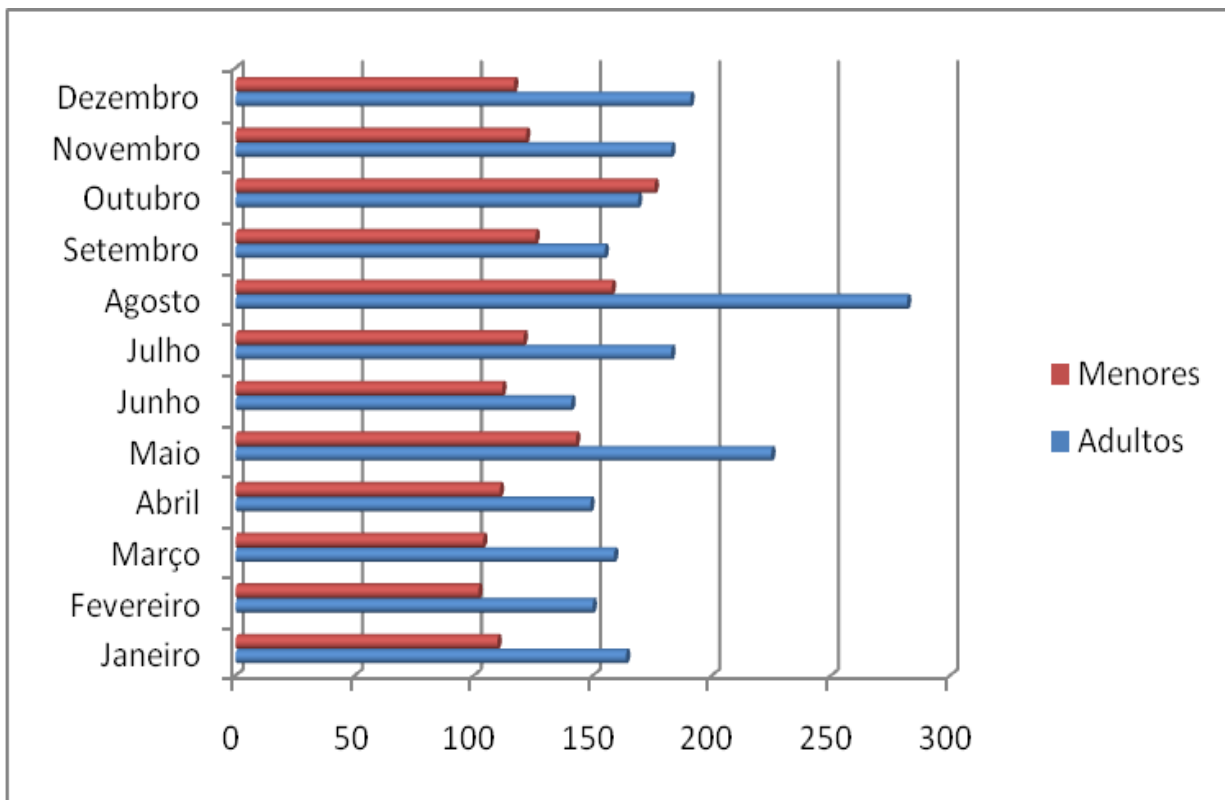


A distribuição dos óbitos por meses ao longo do ano entre 1782 e 1834 é apresentada no quadro e gráfico que se seguem.

Quadro XI – Sazonalidade dos óbitos

Mês	Óbitos de Adultos	Óbitos de menores	Total
Janeiro	164	110	274
Fevereiro	150	102	252
Março	159	104	263
Abril	149	111	260
Maio	225	143	468
Junho	141	112	253
Julho	183	121	304
Agosto	282	158	440
Setembro	155	126	281
Outubro	169	176	345
Novembro	183	122	305
Dezembro	191	117	308
Total	2.151	1.502	3.653

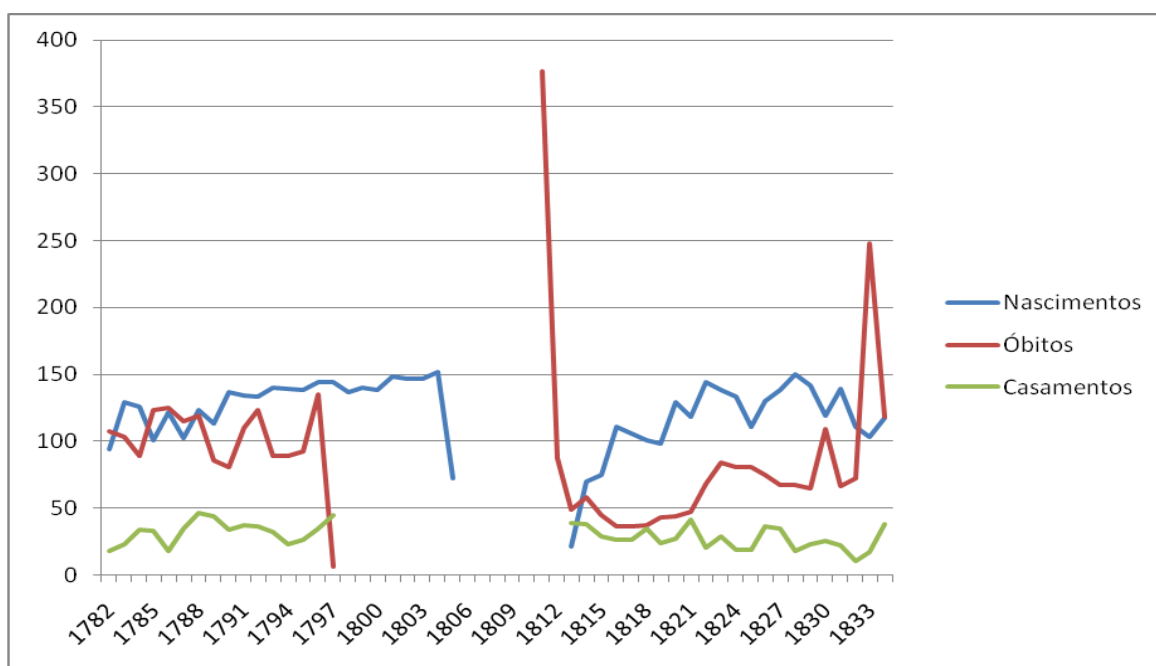
Gráfico 7 – Sazonalidade dos óbitos



Este gráfico mostra-nos que estamos perante uma mortalidade essencialmente estival/outonal, ainda que o mês de Maio se nos apresente com valores muito importantes. No respeitante à mortalidade infanto-juvenil, mostra a mesma tendência da dos adultos, mas neste caso particular, deveremos formular a hipótese de se atribuir a sua causa a doenças do foro gastrointestinal e aos surtos de doenças de infância, tais como o sarampo, tosse convulsa, garrotinho, escarlatina e outras tantas comuns a estas idades.

Em seguida apresenta-se o gráfico resumo dos nascimentos, casamentos e óbitos ocorridos na freguesia de S. Martinho de Pombal no período estudado.

Gráfico 8 – Total de nascimentos, casamentos e óbitos entre 1782 e 1834 na freguesia de S. Martinho de Pombal



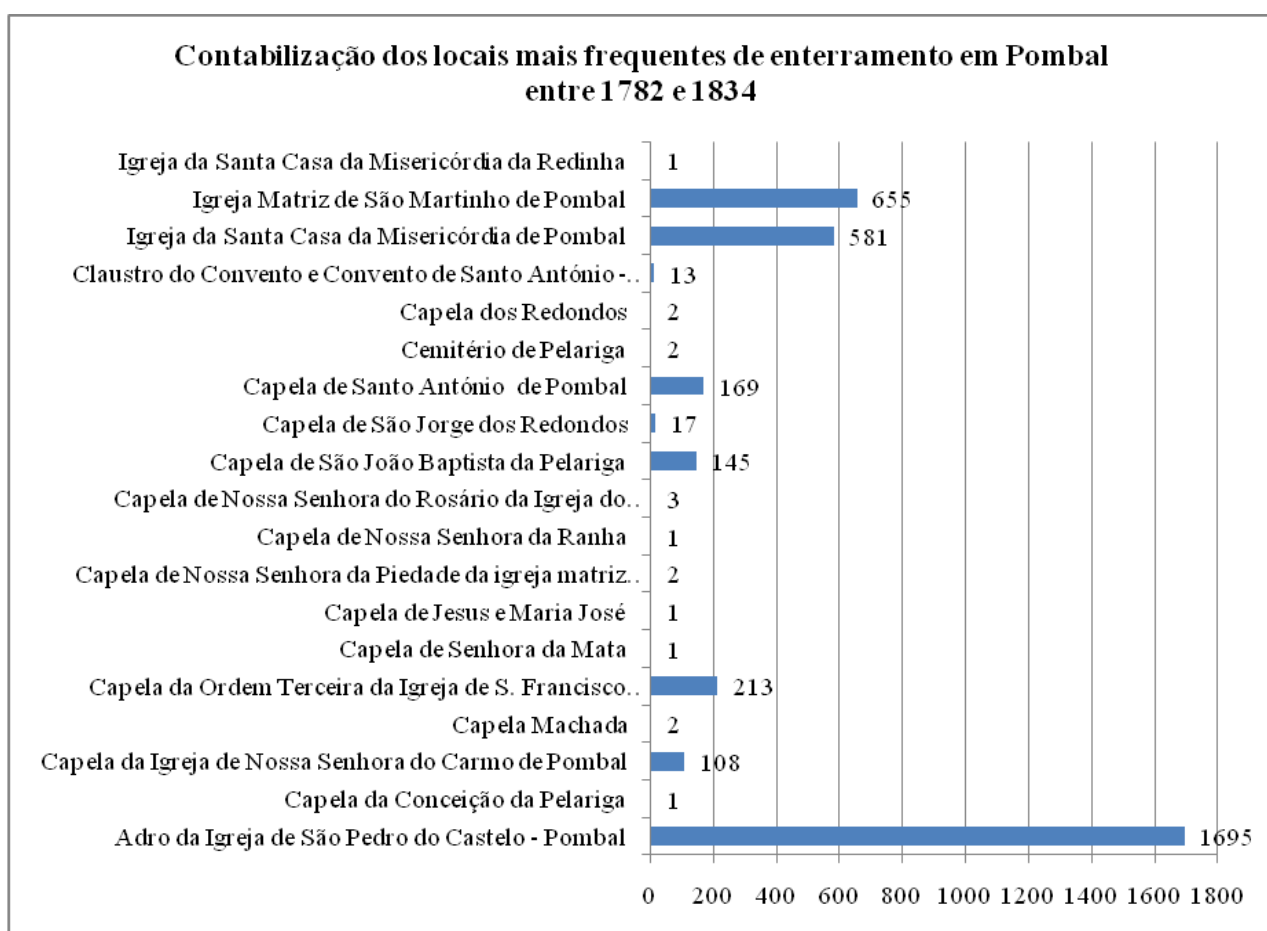
São notáveis alguns momentos de ascendência dos óbitos sobre os nascimentos, manifestada em finais do século XVIII bem como na primeira e terceira década do século XIX. Apesar de tudo, os momentos de saldo fisiológico positivo sobrepõem-se e a natalidade e os casamentos suplantam a mortalidade.

Face a estes dados, podemos verificar que Pombal revela um comportamento demográfico divergente em relação, por exemplo, a Cernache (Coimbra), no respeitante à segunda metade do século XVIII em que vê aumentada a sua população, contrastando com Pombal que sofre algum decréscimo. No entanto constatámos relativamente ao século XIX, que

a sobremortalidade respeitante à primeira década é coincidente com a de Pombal e diverge na terceira apresentando esta última maior índice de mortalidade.⁵⁹

Apresentamos em seguida um gráfico indicador dos locais de enterramento mais frequentemente utilizados em Pombal no período estudado.

Gráfico 9 – Locais mais frequentes de enterramento em Pombal entre 1782 e 1834



⁵⁹ FIGUEIRA, António Simões – Op. Cit.

Este gráfico dá-nos a indicação dos locais de enterramento mais usados entre 1782 e 1834. Como se verifica, o maior número de enterramentos (1695) é feito no adro da Igreja de S. Pedro do Castelo onde hoje se situa o cemitério de Pombal.

Segue-se a Igreja Matriz de S. Martinho com 655 enterramentos, sucedida da Igreja da Santa Casa da Misericórdia com 581. A Capela da Ordem Terceira da Igreja de S. Francisco e o claustro do Convento de Santo António, fazendo parte do mais tarde denominado Convento do Cardal, totalizam 226 enterramentos. Refira-se que neste claustro o primeiro enterramento foi feito em 1710 quando morreu Diogo de Sousa Vasconcelos, familiar do Conde de Castelo Melhor.

A Capela de Santo António situada também no centro da vila, nas imediações do castelo de Pombal, foi o destino de 169 defuntos. Com mais enterramentos (145) do que as restantes e ainda com algum significado temos a Capela de S. João Batista da Pelariga que ao tempo fazia parte da freguesia de Pombal.

Com algum significado encontramos também, a Igreja de Nossa Senhora do Carmo de Pombal, com 108 enterramentos, a qual fica situada no centro da vila, nas imediações da Igreja Matriz de S.Martinho.

Pelo que se verifica, os enterramentos eram preferencialmente realizados nas igrejas indicadas provavelmente pelo facto de todas elas se localizarem dentro da vila, embora a freguesia de Pombal pela sua extensão possuisse bastantes mais.

De notar uma divergência entre o total dos óbitos (3653) e o de enterramentos (3612), o que faz supor que a diferença de 41, resultante entre estes dois números se deva ao facto de terem sido outros locais que não os indicados para se sepultarem os defuntos.

CAPÍTULO III
AS INVASÕES FRANCESAS

1. ACONTECIMENTOS MARCANTES NA VILA DE POMBAL

Aos tempos difíceis vividos no século XVIII seguem-se agora outros não menos tormentosos para todo o país. Decorrente do conflito internacional entre a França e a Inglaterra, Portugal sendo aliado antigo desta última, vai sofrer duras consequências por não ter aderido ao Bloqueio Continental imposto pela França.

É assim que nos vemos invadidos por vários e poderosos exércitos tanto de uma potência como da outra, com todas as nefastas consequências que uma guerra implica.

Situando-se Pombal no centro do país e sendo servido por melhores meios de comunicação do que a maioria das localidades dessa época, com especial destaque para a Estrada Real que ligava as duas principais cidades do país, Lisboa e Porto. Vem por esse facto sofrer as terríveis consequências que esta Guerra Peninsular lhe impôs.

À primeira e segunda invasões, que ocorreram em 1808 e 1809, respectivamente, Pombal manteve-se intacto, apesar de no decorrer da primeira ter sido atravessado pelas tropas comandadas por António Caiola, cujo destino era Leiria com a finalidade de aí combater o exército de Junot⁶⁰.

Nessa época existia em Abiul para defesa da região um governador de armas, um capitão-mor e um exército de linha, militares profissionais e duas companhias de ordenança formadas por civis militarizados.

No ano de 1808, prevendo-se o perigo da primeira invasão, Pombal solicita ajuda a Abiul que respondendo prontamente envia duas companhias de ordenança, comandadas por um alferes cuja guia de apresentação assim dizia:

“Em observância da ordem que recebeu o Governador de Armas do Distrito de Abiul, com data de 4 de Julho do Governador de Armas do Distrito e Vila de Pombal, remete aquele à presença deste a ordenança respectiva à inspecção

⁶⁰ EUSÉBIO, Joaquim Vitorino Videira - Op. Cit.

(sob o comando) do alferes Manuel José dos Santos Freire, do lugar de Vale das Velhas, na impossibilidade do capitão mandante, João da Costa dos Santos, do Casal de S. Vicente. O dito alferes, comandando a mesma ordenança se apresentará ao mesmo Senhor Governador e recebendo dele as ordens do Real Serviço do Príncipe de Nosso Senhor, as executará prontíssimamente como fiel vassalo debaixo da pena de ser responsável por toda a missão e do mesmo modo qualquer indivíduo do seu comando. Abiul, 5 de Julho de 1808. O Governador de Armas, José Furtado da Silveira⁶¹”.

Segundo Carlos Fernandes⁶², a cidade de Leiria foi uma das terras que mais sofreu com a invasão. Foi palco de incêndios, em que não escaparam os próprios templos, levando ao abandono do culto. Por toda a cidade havia ruínas e desolação, as ruas estavam quase desertas e via-se toda a espécie de miséria humana que foi agravada pela chegada da peste.

A restauração da cidade de Leiria⁶³ iniciou-se em Junho, cujos intervenientes foram várias centenas de camponeses da região, com especial interveniência dos de Soure e de Pombal, os quais tendo sido recrutados para um destacamento saído de Coimbra composto por alguns académicos, um furriel de cavalaria e um monge da Arrábida. A reduzida guarnição francesa pôs-se em debandada assim que eles entraram na cidade embora o seu armamento fosse constituído apenas por “*roçadouras, forcados de ferro e lanças*”. Fez-se depois o reconhecimento formal do regente D. João, resistindo-se seguidamente ao ataque das tropas francesas em princípios de Julho, sendo Leiria cenário de uma das mais sangrentas carnificinas cometidas pelos franceses⁶⁴.

⁶¹ EUSÉBIO, Joaquim Vitorino Videira - Op. Cit., p. 154

⁶² FERNANDES, Carlos – *Invasões Francesas – Leiria, 5 de Março de 1811: O incêndio da cidade – 200 anos*, Coleção Tempos e Vidas, 13, Editora Textiverso, 2011, ISBN: 978-989-8044-43-3

⁶³ TENGARRINHA, José – *Movimentos Agrários em Portugal* in EUSÉBIO, Joaquim Vitorino Videira - Op. Cit.

⁶⁴ EUSÉBIO, Joaquim Vitorino Videira - Op. Cit.

Nesta restauração não houve a preocupação de melhorar e embelezar as respetivas construções, embora o seu aspeto interior tivesse melhorado relativamente ao passado. A reconstrução foi feita segundo os moldes anteriores e os arruamentos mantiveram-se nessas mesmas condições.

Assim o comentava o infante D. Luis, que na companhia dos pais, de passagem por Leiria em 1852 “ *a fim de ver os povos e as suas necessidades*”, tomou nota no seu diário “*as ruas estreitas e pouco limpas, as casas mal construídas e como sobrepostas umas às outras não podem agradar a quem em tudo deseja civilização*”⁶⁵.

Das três invasões francesas a que Portugal se viu sujeito, a terceira foi na realidade a mais terrível e devastadora. Massena atacou com um numeroso exército, calculado em cerca de oitenta mil homens⁶⁶, cuja entrada em Portugal se deu pela Beira em Agosto de 1810. Em Setembro encontrou a primeira grande resistência no Bussaco, em cuja célebre batalha foi derrotado.

No seguimento da sua tática militar, o comandante em chefe das forças luso-britânicas, general Wellington, ainda que vencedor, decide movimentar as tropas para Torres Vedras⁶⁷ com a finalidade de aí construir um estratégico sistema de defesa, o qual viria a ter assinalável êxito porquanto teve o mérito de suster durante alguns meses o ataque dos franceses a Lisboa.

Em face a mais este desaire, Massena vai retirando em marcha lenta sempre acossado pelo nosso exército e seu aliado⁶⁸.

A marcha de toda essa imensa massa humana em movimento por caminhos rudimentares revelou-se tormentosa, tanto para os próprios invasores como para os agregados populacionais

⁶⁵ Diário de viagem que S.S.M.M. fizeram à província da Estremadura, Beira Baixa e Entre Douro e Minho no ano de 1852 in CHARTERS D’AZEVEDO, Ricardo – *As destruições provocadas pelas Invasões Francesas em Leiria*, edição CEPAE – Centro do Património da Estremadura, II Série, 2009, p.27

⁶⁶ *Ibidem*

⁶⁷ EUSÉBIO, Joaquim Vitorino Videira - Op. Cit.

⁶⁸ EUSÉBIO, Joaquim Vitorino Videira - Op. Cit., p.155

existentes ao longo do seu itinerário. As tropas, sem mantimentos próprios, para não sucumbirem à fome pilhavam tudo quanto podiam encontrar pelo caminho, quer nas casas quer nos campos⁶⁹.

O reforço das suas forças com cerca de trinta mil homens enviados por Napoleão não vai evitar a expulsão de Massena de Santarém. Em retirada chega a Pombal a 9 de Março de 1811⁷⁰. Na procura de infra-estruturas necessárias ao seu alojamento, o general invasor ocupa o Convento do Cardal que lhe irá servir de quartel-general. A igreja de Santa Maria do Castelo vai servir de cavalaria.

Pombal e as localidades limítrofes começam então a sofrer de toda a espécie de provações que vão desde roubos a destruições e atentados à própria vida, conforme adiante se fará referência.

Entretanto as forças luso-britânicas vão-se aproximando. O general Wellington, apercebendo-se que os franceses se haviam concentrado em Pombal e continuavam em retirada, dá ordens para que a força de Caçadores 3, apoiada por duas companhias do 95 de infantaria inglesas tomassem a vila atacando-lhes a retaguarda e ordenando às outras divisões do exército que se reunissem à da frente para a apoiar em caso de necessidade. De seguida e rapidamente, o resto da divisão ligeira juntou-se à sua frente, ao mesmo tempo as tropas de Pincton, ameaçavam pelo flanco esquerdo também os franceses. A sua retaguarda, confiada ao marechal Ney, conseguiu sustentar o ataque durante algumas horas, até que a noite lhe permitiu abandonar as posições em boa ordem, para acompanhar o resto do exército francês, já então de novo posto em retirada. Supõe-se que este combate de Pombal se tenha dado à entrada da vila do lado sul, perto de um pequeno lugar denominado Leais⁷¹.

Neste recontro tomaram parte a 3^a, 4^a e 5^a divisões do batalhão de Caçadores 3 inglês e os Regimentos de Infantaria portugueses 3, 9, 15, 16 e 21, além dos batalhões de Caçadores 1, 3, 4,

⁶⁹ CHARTERS D´AZEVEDO, Ricardo – Op. Cit.

⁷⁰ *Ibidem*

⁷¹ EUSÉBIO, Joaquim Vitorino Videira - Op. Cit.

6 e 8. É na sequência desses combates que a vila é abandonada e incendiada e o castelo dinamitado.

Massena, entretanto, divide as tropas e segue na direção de Coimbra. Parte dessas forças segue por Ansião, Rabaçal e Condeixa, a outra pela Venda da Cruz, Redinha e Condeixa ficando estacionada na Venda da Cruz a sua retaguarda⁷².

Com todo este movimento inusitado de homens, viaturas e o material transportado, a Estrada Real não suporta tão grande tráfego em simultâneo, tornando-se assim imperativo reduzir o andamento e estabelecer marcha faseada de modo a permitir a sua desobstrução, para que a progressão se fizesse em melhores condições⁷³.

É assim, devido a esse fato, que tem lugar uma paragem na Redinha, a doze quilómetros de Pombal mais precisamente entre as povoações da Galiana e Mogudel, onde a retaguarda francesa estacionou. Por sua vez o exército luso-britânico vem a ocupar uma zona sobranceira ao rio Anços, do lado contrário às forças inimigas. Foi aí que se verificou um violento recontro que culminou com a derrota francesa e a sua retirada para Condeixa. Nesse combate tomaram parte as forças nº 1, 3, 4 e 6 de Caçadores; as nº 1, 2, 3, 6, 9, 11, 15, 16, 18, 21 e 23 de Infantaria e as nº 4 e 10 de Cavalaria⁷⁴. As baixas foram significativas, contando-se pela parte das forças luso-britânicas, entre mortos, feridos e desaparecidos, duzentas e seis das quais setenta e três eram portuguesas.

As invasões provocaram no concelho de Pombal a morte, tortura, a pilhagem e a destruição, conforme se verifica pela descrição seguinte:

“ perecerão ou a balla, ou a baioneta e alguns enforcados em arvores; outro porem no lugar da Pelariga teve huma cruelissima morte, pois que dependurando-o n’huma arvore, lhe acenderão ao mesmo tempo de baixo

⁷² EUSÉBIO, Joaquim Vitorino Videira - Op. Cit.

⁷³ Botelho, Teixeira – *História Popular da Guerra Peninsular* in EUSÉBIO, Joaquim Vitorino Videira – Op. Cit.

⁷⁴ Cheby, Claudio de – *Exerptos e Colecção de Documentos à guerra denominada da Península* in EUSÉBIO, Joaquim Vitorino Videira - Op. Cit.

huma grande fogueira e no meio dos mais dolorosos gritos deo o ultimo suspiro.

(...) Huma infinidade de pessoas d'hum e outro sexo que viverão a desgraça de ser surpreendidas por elles e cujo numero não pude averiguar, sofrerão cruelissimos tormentos, para lhes mostrarem objectos da sua ambição, ou da sua sensualidade: humas eram dependuradas pelo pescoço em arvores em cujo estado as deixavão estar até quasi exhalarem o ultimo suspiro; outras sofreram varios golpes d'alfanges, baionetas (...); outras erão prezas pelo pescoço a arrastadas pelos caminhos; outras espancadas e esbofeteadas (...); e se bem que as pessoas de que aqui fallo sobrevivessem a estes tormentos por algum tempo, outras socumbirão no meio delles.

Os insultos feitos a mulheres são idênticos ao numero das que forão surpreendidas de qualquer i(ad)e.

(...) de mais de duzentos fogos de que ella (a vila de Pombal) se compunha, não estão habitáveis sincoenta; huma rua ardeo toda d'hum e outro lado; e por varias outras, tiverão a mesma sorte muitas cazas; as que não arderão ficarão infinitam.te arruinadas, podendo dizer-se, que dellas existem apenas as paredes.

Tal foi a sorte da Igreja Parochial desta freguesia e dos outros templos. (...) a da Pelariga, que tem três Altares e Sacratio soffreo menos e he onde por ora se pode dizer missa com mais decência⁷⁵.

A “Conta publicada pela Comissão encarregada de dirigir a distribuição do donativo votado pelo Parlamento do Reino Unido da Grã- Bretanha e Irlanda pelo socorro das terras de Portugal devastadas pelo inimigo em 1810”, no seu relatório de 1811 descreve a situação causada pelos danos da invasão e afirma

⁷⁵ Arquivo da Universidade de Coimbra – Invasões Francesas – Cat – Cor. B. Pimenta – doc. 123, fl.1 e 1v. – relação resumida feita aos 8 de Junho de 1811 pelo vigário encomendado José Duarte in EUSÉBIO, Joaquim Vitorino Videira, Op. Cit., p. 157

que “ *no termo de Pombal havia 7000 individuos dos quais restão unicamente 1800. Antes que o inimigo fizesse cair a sua vingança sobre esta villa, havia nela 200 famílias que substião dos trabalhos e frutos da agricultura. Estas 200 famílias estão reduzidas a restos de 36 cuja extrema miséria apresenta hum horrível quadro de fomes e enfermidade*⁷⁶”.

Em Pombal propriamente dito, são mortas 77 pessoas, sendo 69 homens e 8 mulheres. O castelo, como já se referiu, é dinamitado e adjacente a este, a igreja de Santa Maria do Castelo fica também em ruínas⁷⁷.

A igreja matriz de S. Martinho, no coração da vila, é também violentamente atingida pelo saque do invasor, conforme relato do vigário dessa época, José Duarte:

*“Forão quebradas e queimadas as portas, e janelas, huma grande parte das campas das sepulturas e os balcoens dos paramentos, dos quais nada existe; forão despedaçadas as Imagens dos Santos, destruídos ou inutilizados os retábulos; demolidos os Altares, o Throno e o Sacrario (...). Não se fizeram desacatos ao Santíssimo por se ter consumido as sagradas Formas. Forão porem achadas a maior parte das alfaias de prata destinadas ao culto Divino e existem apenas três cálices com as competentes patenas, hum vazo que servia para as renovaçoens do Sacrario, e hum Relicario para levar a Sagrado Viatico aos enfermos e nada mais existe absolutam.te nesta Parochial Igreja*⁷⁸”

⁷⁶ CHARTERS D´AZEVEDO, Ricardo – Op. Cit., p.19

⁷⁷ EUSÉBIO, Joaquim Vitorino Videira - Op. Cit., p. 158

⁷⁸ Arquivo da Universidade de Coimbra – Invasões Francesas – Cat – Cor. B. Pimenta – doc. 123, fl.1 e 1v. – relação resumida feita aos 8 de Junho de 1811 pelo vigário encomendado José Duarte *in* EUSÉBIO, Joaquim Vitorino Videira- Op. Cit., p. 158

As restantes igrejas existentes no concelho sofreram também bastantes estragos ficando algumas até em pior estado. Porém, segundo Pinho Leal⁷⁹, é a matriz de S. Martinho que de imediato é reparada recebendo em 1812 peças oriundas da destruída igreja de Santa Maria do Castelo tais como a pia batismal e o retábulo figurando cinco composições escultóricas – Piedade, Aparecimento de Cristo à Virgem, Missa de S. Martinho, Ressurreição e S. Martinho a repartir o Manto. Mais tarde, a partir de 1816, anexa as igrejas de Santa Maria do Castelo e a de S. Pedro, tornando-se assim na única matriz existente, a partir desta data, em Pombal.

⁷⁹ EUSÉBIO, Joaquim Vitorino Videira - Op. Cit., p.158

CAPÍTULO IV
O PERÍODO LIBERAL

1. O LIBERALISMO E AS DIFICULDADES DA SUA IMPLANTAÇÃO

Do ponto de vista sociopolítico, no início da nova centúria de oitocentos, com o sistema vigente do Antigo Regime em verdadeiro estado agónico, a sociedade vai continuar a viver um período particularmente difícil e agitado.

Em primeiro porque as invasões francesas deixaram o país mergulhado num estado calamitoso e conseqüentemente numa das piores crises da sua história; depois como se essa situação não fosse bastante, a presença inglesa em Portugal mostrava-se abusiva, opressora e colonialista; de seguida o triunfo do primeiro liberalismo veiculado pela Revolução de 1820. É certo que este evento veio dar origem à emergência de uma nova ordem política baseada em princípios fundamentais como a liberdade, a igualdade, a segurança e a propriedade.

Estes princípios do liberalismo vintista estão consagrados na Constituição de 1822, que inclui um título destinado à administração local no qual se previa a existência de distritos (artigo 212º) cuja coordenação cabia a um administrador-geral por nomeação régia rei e auxiliado por uma junta administrativa (artigo 213º). O artigo 219 determinava que haveria “*Câmaras em todos os povos, onde assim convier ao bem público*” e o articulado anterior previa que o “*governo económico e municipal dos concelhos residiria nas câmaras*”⁸⁰.

O procurador, vereadores, oficiais e seus substitutos eram eleitos anualmente de forma direta, em escrutínio secreto, em conformidade com o artigo 220. O escrivão era nomeado pela câmara (artigo 221º). No entanto, o debate nas cortes vintistas sobre a orgânica municipal e o modo de eleger as vereações não foi consensual, tendo já o mesmo ocorrido em Espanha aquando da aprovação da Constituição Gaditana de 1812⁸¹.

Durante a ocorrência dos trabalhos, sobressaíram desde logo preferencialmente duas opções no Congresso: uma de carácter centralizador, defendendo a “*sujeição das câmaras a*

⁸⁰ FIGUEIRA, António Simões – Op. Cit.

⁸¹ ORDUÑA, Rebollo Enrique – *Democracia Directa Municipal. Consejos y Cabildos Abiertos* in FIGUEIRA, António Simões – Op. Cit.

*órgãos de tutela, a redução das atribuições dos municípios, a manutenção do número de concelhos, ao contrário do realizado em Espanha e a eleição indireta como forma de apurar as vereações*⁸² “; outra defendendo o oposto, ou seja, que a ação dos municípios não devia estar sujeita ao excessivo controlo do poder executivo e legislativo, que os municípios não deviam ser divididos, que as câmaras deveriam ter um conjunto alargado de competências e os candidatos a elas deveriam ser eleitos diretamente pelo “*povo e todo o povo*”. Para quem era apologista desta opção, o deficiente e mesmo mau papel desempenhado pelas câmaras durante o período da Monarquia Absoluta era consequência do seu processo de eleição, o qual veio a dar origem a grandes abusos perpetrados pelas elites locais que as controlavam para se manterem *ad aeternum* no poder os detentores nobres das terras. Para pôr fim definitivo à “*senhorialização dos municípios* “ era necessário acabar com a distinção entre nobres e não nobres, tal como afirma Orduña Rebollo⁸³.

As teses que preconizavam a descentralização, assegurando-se aos municípios um consideravelmente elevado grau de autonomia, acabaram por vencer mas, no entanto, “*temperada pela existência de um administrador-geral de distrito, de nomeação régia e por um corpo supramunicipal por distrito, também eleito diretamente pelos cidadãos*”⁸⁴.

Para atingir esse desiderato é publicado o decreto de 27 de julho de 1822, que regulamenta, ainda que provisoriamente, as eleições para os oficiais das câmaras e que virá a ter consequências de ordem prática a nível local, embora fossem de muito curta duração. O decreto estabelece no seu artigo 1º que os governos municipais serão compostos por “*vereadores, procurador e escrivão*“ eleitos, com exceção do escrivão, “*pelos moradores do concelho por pluralidade relativa e escrutínio secreto*“ (artigo 2º). Excluía da elegibilidade os cidadãos que não estivessem no exercício pleno dos seus direitos, menores de 25 anos, e que não residissem

⁸² Constituição de 1822, in FIGUEIRA, António Simões – Op. Cit.

⁸³ FIGUEIRA, António Simões – Op. Cit.

⁸⁴ Constituição de 1822, in FIGUEIRA, António Simões – Op. Cit.

no concelho há pelo menos 2 anos “*que tiverem meios de honesta subsistência e não estiverem ocupados em algum emprego incompatível*”⁸⁵ (artigo 3º).

A publicação deste diploma legal na data indicada demonstra a urgência em pôr cobro à anterior situação, porquanto a Constituição veio a ser aprovada nas cortes constituintes logo a 23 de Setembro de 1822 e jurada por D. João VI a 1 de Outubro seguinte⁸⁶. Mais tarde, após a morte de seu pai, D. Pedro outorga a Carta Constitucional de 1826 que vem a manter os princípios da Constituição vintista no respeitante à administração municipal não dando origem a quaisquer consequências práticas, pois esta continuou a reger-se até 1834, pelo articulado em vigor antes da Revolução Liberal.

1.1. O Liberalismo em Pombal

Apesar de todos estes sobressaltos, a população pombalense desde logo sentiu os desejados e evidentes benefícios que esta revolução legislativa trazida pelo regime liberal lhe oferecia, tanto mais que sendo o concelho um domínio da Ordem de Cristo, a exploração senhorial exercia aqui um forte poder de influência desde há séculos. Mas os tempos mudaram e os camponeses agitam-se em movimentos reivindicativos e anti-senhoriais e por consequência ciosos de se libertarem da sua opressão, especialmente quando se sentem vítimas da reação contrária destes.

Contudo, o novo regime político teve enormes dificuldades para se afirmar. Os saudosistas do Antigo Regime estavam sempre atentos a que surgisse um pretexto, ou uma oportunidade que permitisse uma reviravolta do sistema. Essa oportunidade surge com a morte de D. João VI e o pequeno interregno na sucessão ao trono. As forças miguelistas mostram-se inquietas no norte do país. Assim, em Junho de 1826 as tropas do marechal Álvaro Póvoas já se encontram em Pombal, não chegando, no entanto, a combater com as forças liberais de Refoios.

⁸⁵ Constituição de 1822, in FIGUEIRA, António Simões – Op. Cit.

⁸⁶ FIGUEIRA, António Simões – Op. Cit.

D. Miguel volta do exílio na Áustria em 1828 e repondo o absolutismo o que vai dar origem a grandes convulsões sociais e a implacáveis perseguições aos adeptos do liberalismo.

Alguns desses episódios foram possíveis de acompanhar. É o caso de Gerardo da Costa, do lugar de Casal de S. Vicente, freguesia de Abiul, filho do capitão João da Costa dos Santos e de D. Maria Teresa. Os seus pais eram pessoas de vastos haveres e grandes campos de sementeira do Seíçal, que possuía uma nascente de águas que lhes fora dada posse em 1775 pelo alcaide da vara do juízo rural de Abiul. Este Gerardo Costa vem de imediato a aderir ao liberalismo em 1820, vindo a desempenhar diversos cargos⁸⁷. Em 1822, fiel às novas ideias, exerce pressão sobre o clero local no sentido de convencer os fiéis sobre as vantagens do novo sistema político. Passados 5 anos é tenente das milícias da Lousã, combateu contra os absolutistas do brigadeiro António da Silveira, mas com a vitória destes é preso em 1828, passa por várias cadeiras só sendo finalmente libertado da prisão de Vila Viçosa logo depois do triunfo do liberalismo em 1834. Em Outubro desse ano já tinha ascendido a Provedor do Concelho de Abiul, apoia e assina uma constetação em conjunto com a câmara contra a anunciada extinção daquele concelho⁸⁸. Porém de nada valeu.

Outros exemplos são bem elucidativos como os casos do capitão José Joaquim Xavier Tavares, morto em 1830; do sargento José Gonçalves também assassinado durante o miguelismo; do alferes Vicente Godinho Valdez; de José das Neves que morre na prisão; do farmacêutico João Fortunato Monteiro, preso nas cadeias do Limoeiro, da Relação do Porto e de Lamego; e de Joaquim Lourenço, preso durante 5 anos. Estas lutas entre as duas facções rivais deixaram marcas profundas na sociedade e ódios impossíveis de superar, tal é o caso de João Gaudêncio que apoiou D. Miguel. Era possuidor de uma casa de dois pisos na Rua do Rio e foi compelido a fugir do país quando este partiu para o exílio⁸⁹.

⁸⁷ EUSÉBIO, Joaquim Vitorino Videira - Op. Cit.

⁸⁸ *Ibidem*

⁸⁹ *Ibidem*

Com o fim de obter emprego é obrigatório atestar “idoneidade política “ - “(remeto) o incluso requerimento de Sylvestre Pereira da Costa que pede o lugar de Provedor do Concelho do Lourical; para que Vossa Excelencia averigúe a idoneidade de sentimentos políticos do suplicante⁹⁰”.

Nesta fase ainda periclitante de afirmação do liberalismo havia fortes possibilidades de regresso ao absolutismo, sendo para o efeito utilizados todos os meios por mais inverosímeis que fossem – “(...) continua na serventia de Escravidão Geral de hum dos Officios desta Villa Crispiniano Joze Maria, sugeito que servio no tempo do Governo uzurpador, onde praticou excessos chamando malhados a varias pessoas, e outras mais couzas, andando ainda agora em contínuos conciliabolos com hum Bacharel de Leiria, (Joze Verissimo Coelho) que se acha deportado⁹¹” .

Já o provedor de Abiul calcula haver apenas “uma meia dúzia de indivíduos que forão setarios do Urzupador”. Indica como um deles o padre Veríssimo Monteiro, que reside no Lourical e que é capelão da capela de Nossa Senhora da Paz em Almagreira. É considerado perigoso pelo delegado do procurador régio de Pombal, mas este nada pode fazer: “Consta-me que alem de não querer prestar o juramento à Constituição, o seu proceder político não he nada conforme, sendo um dos que entretem e espalhão notícias subversivas. Eu já teria tentado a competente acção contra elle, mas para processos de tal natureza jamais se encontram testemunhas; e sem reбуço negão em júzo, o que fora delle dizem⁹² “. Denota-se aqui, portanto, alguma impossibilidade de atuar por falta de provas que as possíveis testemunhas não estariam dispostas a fornecer, tanto mais que, nessa época, os párocos exerciam forte influência sobre os povos, escudando-se na religião e explorando a seu interesse as suas mais profundas convicções religiosas.

⁹⁰ EUSÉBIO, Joaquim Vitorino Videira - Op. Cit., p.168

⁹¹ *Ibidem*, p.168

⁹² *Ibidem*, p.168

O objetivo fundamental do liberalismo foi dismantelar as estruturas do Antigo Regime. Nesse sentido tomam-se medidas de grande alcance socioeconómico tais como a extinção dos dízimos e das portagens, bem como dos direitos banais. Uma das primeiras medidas a implementar é a transferência de propriedade das mãos da até aí privilegiada elite social. Com especial importância para os chamados bens de mão morta, ou seja, os bens que estavam na posse das Congregações Religiosas, da Universidade, da Casa da Rainha ou do Infantado. São geralmente designados Bens Nacionais.

A implantação do segundo liberalismo, abre a possibilidade da criação de condições favoráveis a este desígnio, mormente facilitadas pela extinção das Ordens Religiosas a que o decreto de Joaquim António de Aguiar, de 30 de Maio de 1834, vem a dar forma legal. O valor deste património era demasiado elevado para não ser considerada prioritária a sua integração no erário público o que veio a acontecer.

Esta extinção dos conventos será mais tarde travada em 1848, por meio de um acordo estabelecido entre D. Maria II e a Santa Sé que vigorará até à implantação da República, em 1910.

2.A REORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA E ADMINISTRAÇÃO EM POMBAL

No decorrer do século XIX ocorreram profundas alterações na geografia do aparelho judicial que decisivamente tiveram influência no próprio ordenamento do território.

Temos o caso do Louriçal que constitui um dos casos paradigmáticos. Em 1811 pertencia à comarca de Coimbra⁹³, em 1832 à da Figueira da Foz e mais tarde, em 1835, à de Pombal.

A comarca de Pombal, com a implantação do segundo liberalismo, passa a ser constituída por 8 concelhos subdivididos nos círculos que se indicam no quadro XIII.

Quadro XII - Comarca de Pombal

1838		1839	
Círculos	Concelhos	Círculos	Concelhos
Louriçal	Louriçal	Pombal	Pombal, Louriçal e Ansião
Pombal	Pombal e Ansião	Figueiró dos Vinhos	Pedrogão Grande, Figueiró dos Vinhos, Maças de D. Maria, Chão de Couce e Alvaiázere
Maças de D. Maria	Alvaiázere, Maças de D. Maria e Chão de Couce		
Figueiró dos Vinhos	Figueiró dos Vinhos		
Pedrogão Grande	Pedrogão Grande		

⁹³ EUSÉBIO, Joaquim Vitorino Videira - Op. Cit., p.174

Pode verificar-se assim a tentativa de encontrar soluções para a reorganização do aparelho judiciário. As alterações são praticamente constantes. Por exemplo, antes de 1836, Soure estava dependente da comarca de Pombal. Quando é decidida a separação, o seu administrador não resiste a demonstrar o seu contentamento e escreve nestes termos - “ *Na verdade estes povos, dignos de melhor sorte, não tendo relações algumas com os de Pombal, mas antes pelo contrário huma decidida antipathia com estes, além dos grandes incommodos, que sofrem, em serem arrastados àquella Villa, donde ficão tão distantes, com muita razão suspirão pelo momento de se verem livres duma tal opressão*⁹⁴”.

Por volta de 1855, o quadro judiciário de Pombal fica a ser composto por 1 Juiz de Direito, 1 Juiz Substituto, 1 Delegado do Procurador Régio, 5 funcionários judiciais, 3 escrivães do Juízo de Direito (em Pombal) e 2 escrivães do Juízo Ordinário (respetivamente nos julgados de Ansião e Lourçal⁹⁵). De considerar também a existência de tabeliães nos diferentes concelhos.

No que concerne à Fazenda Pública, até 1833, Pombal possuía uma Junta do Lançamento das Décimas, a qual era constituída pelo Administrador do Concelho, o Delegado do Procurador Régio e um terceiro elemento como Vogal Secretário.

No quadro XIV apresenta-se a constituição do funcionalismo público em meados do século XIX em Pombal⁹⁶.

⁹⁴ EUSÉBIO, Joaquim Vitorino Videira - Op. Cit., p. 174

⁹⁵ *Ibidem*

⁹⁶ Macedo, D. António da Costa de Sousa – *Estatística do Districto Administrativo de Leiria* in EUSÉBIO, Joaquim Vitorino Videira - Op. Cit.

Quadro XIII - Funcionalismo público em meados do século XIX (1855)

Concelho	Pombal
Empregados administrativos	30
Cabos de polícia	234
Empregados municipais e paroquiais	77
Empregados judiciais	74
Instrução pública	3
Correio	3
Tabaco	23
Proporção / Habitante	1:38

A estrutura pré-existente vai ser alterada profundamente ainda neste século o que vai dar origem a um grande aumento da área do concelho de Pombal, beneficiando de algumas freguesias que tinham pertencido ao concelho de Leiria, tais como S. Simão e Vermoil. Anexa o concelho de Abiul e os lugares de S. João dos Malhos, Crespos, Maranhão, Covão, Mendes, Cavadinha, Motes, Moinhos do Covão, Pinheirinho e Barroco que pertenciam à freguesia de Almagreira. A parte restante da freguesia, bem como o concelho da Redinha, passaram a pertencer ao concelho de Soure⁹⁷.

Com estas alterações o concelho de Pombal vai quase duplicar, passando de 5.539 para 9.811 habitantes.

⁹⁷ EUSÉBIO, Joaquim Vitorino Videira - Op. Cit.

CONCLUSÃO

A investigação que efetuámos e que permitiu a elaboração deste modesto trabalho, foi direcionada para dois objetivos principais. O primeiro passa essencialmente pela reconstituição da comunidade histórica da paróquia de S. Martinho de Pombal no período de 1782 a 1834; e o segundo relata os sobressaltos vividos por essa comunidade, especialmente durante o período da guerra peninsular, seguida da agonia e queda do Antigo Regime e a dolorosa implantação do Liberalismo.

Todas estas vicissitudes, embora necessariamente resumidas, aqui se encontram plasmadas embora sem a pretensão de terem atingido o limite de qualquer futura investigação.

Para um melhor enquadramento e uma melhor percepção desta tarefa, começámos por descrever o espaço físico no qual se insere a paróquia assim como a sua área envolvente.

Caraterizámos de seguida as instituições existentes, tendo em conta o importantíssimo papel que desempenhavam como fatores estruturantes da sociedade.

Constatámos o peso económico do domínio senhorial através dos seus múltiplos rendimentos e a sua conseqüente hegemonia imposta pela detenção dos melhores e maiores meios de produção que lhes proporcionavam grande importância social e os guindavam aos mais altos cargos da administração local e regional.

O capítulo talvez mais importante, diz respeito ao sucinto trabalho demográfico que foi encetado, permitindo-nos tirar algumas ilações curiosas e de algum modo surpreendentes. Se o quadro demográfico de Pombal acompanha a tendência de crescimento populacional da generalidade do país, na segunda metade do século XVIII e inícios do século seguinte, a primeira metade foi de retrocesso especialmente no ano de 1811 em que se verificou o culminar de uma sucessão de maus anos agrícolas e uma

alta generalizada dos preços dos produtos, tendo isto associado a uma grande instabilidade política e social que então se vivia.

Também durante este período e como já nos referimos, a terceira invasão francesa protagonizou todos os episódios de guerra que vieram a surgir e com eles os consequentes atos de vandalismo, pilhagens, devastação de culturas, roubos de cereais, fuga de populações e abandono de casas e das culturas existentes.

Também o ano de 1823, embora melhor sob o ponto de vista da mortalidade, não pode considerar-se, apesar disso, num bom ano, em virtude do surto de varíola que grassou entre a população afetando principalmente as crianças de tenra idade. Atente-se que nesta época a esperança de vida não ia além dos 35 anos e que muitas crianças não morrendo à nascença pereciam antes da chegada da adolescência.

A partir deste ano verificou-se uma acentuada queda da mortalidade, voltando a subir nos anos de 1828 e 1829, vindo a decair em 1830.

Novamente em 1831 e até 1833, inclusive, volta a subir assustadoramente em virtude, como já referimos, da epidemia de cólera-morbus.

Completámos assim este trabalho tentando dar uma imagem do “*modus vivendi*” das populações e das vicissitudes que sofreram no decorrer do período estudado.

Alguns dos acontecimentos referidos foram de facto fatalidades como as invasões francesas, mas principalmente as doenças que tantos óbitos causaram muitas vezes também agravados pela falta de assistência, conhecimento científico e grande deficit cultural, não fosse o país e a região predominantemente rural, com um atraso abismal em relação a outros países europeus.

De todos estes sobressaltos vividos houve um que embora impusesse alguma perda de vidas, veio revolucionar toda a sociedade – o Liberalismo. Chegou finalmente

O Concelho de Pombal nos Finais do Antigo Regime – Aspetos Demográficos e Sociais (1782 –
1834)

o tempo da decisiva viragem de toda uma organização social até aí virada e subjugada aos ditames da Igreja e aos princípios governativos do Absolutismo.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES MANUSCRITAS:

ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA – *Invasões francesas* – Cat – Cor. B. Pimenta – Doc. 117, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 126, 175

ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA – *Invasões francesas*, nº 108 e 110 a 112

ARQUIVO DISTRITAL DE LEIRIA - *Batismos da Paróquia de S. Martinho de Pombal*, Livro 7 (1781- 1805) e Livro 8 (1813-1844)

ARQUIVO DISTRITAL DE LEIRIA - *Casamentos da Paróquia de S. Martinho de Pombal*, Livro 2 (1759-1797) e Livro 3 (1813-1844)

ARQUIVO DISTRITAL DE LEIRIA - *Óbitos da Paróquia de S. Martinho de Pombal*, Livro 3 (1772-1797), Livro 4 (1811-1812) e Livro 5 (1813-1839)

ARQUIVO DISTRITAL DE LEIRIA, caixa 39, maço 2, doc.34- *Ofício confidencial do vigário encomendado de Abiúl para o Sub-Perfeito da Comarca de Leiria*, de 15 de Fevereiro de 1835

ARQUIVO DISTRITAL DE LEIRIA, caixa 48, maço 3 – *Ofício do Provedor de Pombal para o Governador Civil*, de 26 de Abril de 1835

ARQUIVO DISTRITAL DE LEIRIA, Caixa 61 – *Ofício da Câmara Municipal de Pombal para o Sub-Prefeito da comarca de Leiria*, de 23 de Março de 1835

ARQUIVO DISTRITAL DE LEIRIA, caixa 73 – *Ofício da Câmara Municipal de Abiúl para João Francisco Crespo, Sub-Perfeito da Comarca de Leiria*, de 1 de Outubro de 1834

ARQUIVO DISTRITAL DE LEIRIA, *Comenda de S. Martinho de Pombal*, DEP VI-20-A

FONTES IMPRESSAS

CHEBY, Claudio de - *Excerptos e colecção de documentos relativos à guerra denominada da Península*, Lisboa, 1865

COSTA, Padre António Carvalho da - *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal, tomo II*, Lisboa, 1708

FERNANDES, Carlos – *Invasões Francesas – Leiria, 5 de Março de 1811: O incêndio da cidade – 200 anos*, Coleção Tempos e Vidas, 13, Editora Textiverso, 2011

FRANKLIM, Francisco Nunes -*Memória para servir de índice dos Forais das Terras do reino de Portugal e seus domínios*, Tipografia da Academia Real de Sciencia, Lisboa, 1825

Portugaliae Monumenta Misericordiarum (dirigido por PAIVA, José Pedro), vol. 1 - *Fazer a História das Misericórdias*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 2002

Portugaliae Monumenta Misericordiarum (dirigido por PAIVA, José Pedro), vol. 6 – *Estabilidade, Grandeza e Crise: da Restauração ao final do Reinado de D. João V*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 2007

SÍTIOS INFORMÁTICOS:

CÂMARA MUNICIPAL DE POMBAL - *Portal do Município de Pombal* disponível em www.cm-pombal.pt/conhecer_pombal/about_pombal/geografia.php

CUNHA, Lúcio – *Maciço de Sicó – Valorização dos recursos naturais e criação de emprego a nível local* disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/12120/1/sico.pdf> consultada a 25/8/2011

BIBLIOGRAFIA:

AUBRY, Thierry e Moura, Maria Helena - *Arte do Paleolítico*, Boletim da Associação de Defesa do Património Cultural de Pombal, Pombal, 1993

BETHENCOURT, Francisco - *Os equilíbrios sociais do Poder*, in História de Portugal, dir. José Mattoso, ed. Círculo de Leitores, vol. III, Lisboa, 1993

CASCÃO, Rui – *A mobilidade geográfica nos finais do Antigo Regime (1823 – 1834): O caso do concelho de Penela* in Revista Portuguesa de História, t.31, vol.2 (1996), p.383-410

CASCÃO, Rui – O crescimento demográfico – ritmos e fatores in José Mattoso (coord.), História de Portugal, vol.5, Editorial Estampa, Lisboa, 1993

CASTRO, Armando de - *A vida económica portuguesa do alvorecer do século de Oitocentos à Revolução Liberal de 1820*, in História de Portugal, dir. José Mattoso, ed. Círculo de Leitores, vol. V, Lisboa, 1993

CATROGA, Fernando - *As maçonarias liberais e a política*, in História de Portugal, dir. José Mattoso, ed. Círculo de Leitores, vol. V, Lisboa, 1993, pg.205

CHARTERS D'AZEVEDO, Ricardo – *As destruições provocadas pelas Invasões Francesas em Leiria*, edição CEPAE – Centro do Património da Estremadura, II Série, 2009

O Concelho de Pombal nos Finais do Antigo Regime – Aspetos Demográficos e Sociais (1782 – 1834)

COELHO, Maria Helena da Cruz - *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média – estudo de história rural*, vol. I, Fac. Letras de Coimbra, Coimbra, 1983

DAVEAU, Suzanne - *A estrada coimbrã. O traçado pela serra de Ancião*, in Estudos e Ensaaios, em homenagem a Vitorino Magalhães Godinho, Lisboa, Sá da Costa, 1988

EUSÉBIO, Joaquim Videira – *Pombal - 8 Séculos de História*, Pombal, Câmara Municipal de Pombal, 1997

EUSÉBIO, Joaquim Vitorino Videira - *Pombal 8 Séculos de História*, 2ª ed., Câmara Municipal de Pombal, 2007

FIGUEIRA, António Simões – *A Comunidade de Cernache, a Governança Municipal (1787-1834)*, Dissertação de Mestrado em História Moderna: Poderes, Ideias e Instituições, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009

GOMES, Saul António – *Pombal Medieval e Quinhentista, Documentos da sua História*, CEPAE – Centro de Património da Estremadura, 2010, ISBN 978-989-8158-79-6

HERCULANO, Alexandre - *História de Portugal*, t. I, II e IV, Lisboa, 1980-81

MARQUES, A H. de Oliveira e Dias, João José Alves - *Pombal na tradição maçónica portuguesa in Pombal Revisitado*, coord. Maria Helena Carvalho dos Santos, vol. I,col. Imprensa Universitária, nº 34, Editorial Estampa, Lisboa, 1984

MONTEIRO, Nuno Gonçalo - *A sociedade local e os seus protagonistas*, in História dos Municípios e do poder local, dir. César Oliveira, ed. Círculo de Leitores, col. Grandes Temas de História, Lisboa, 1996, pgs. 34 e 35

MONTEIRO, Nuno Gonçalo - *Poder senhorial, estatuto nobiliárquico e aristocracia*, in História de Portugal, dir. José Mattoso, ed. Círculo de Leitores, vol. IV, Lisboa, 1993, pg 369

MORA, Amadeu da Cunha - *Esboço Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Pombal*, ed. Santa Casa da Misericórdia de Pombal, 1953

PAIS, Fernando José Gouveia – *Reconstituição de uma Comunidade Histórica, Soure 1685 – 1735*, Dissertação de Mestrado em Historia Moderna: Poderes, Ideias e Instituições, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010

PIMENTA, Belisário - *A Campanha de Massena em Portugal*, in Revista Militar, Vol. LXXXIII, 1931

RODRIGUES, Teresa Ferreira - *As estruturas populacionais*, in História de Portugal. Dir. José Mattoso, ed. Círculo de Leitores, Vol. III, Lisboa, 1993

SÁ, Isabel dos Guimarães - *As confrarias e as misericórdias*, in História dos Municípios e do poder local, dir. César Oliveira, ed. Círculo de Leitores, col. Grandes Temas de História, Lisboa, 1996

SANTOS, Maria Licínia Fernandes dos - *O Retábulo Renascentista da Igreja de Santa Maria do Castelo e os seus autores*, separata da Revista Munda, nº 31, Coimbra, 1996

SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *Castelo Melhor, Condes e marqueses de*, in Dicionário Ilustrado da História de Portugal, ed. Alfa, vol. I, 1985

TORGAL, Luis Reis - *O tradicionalismo absolutista e contra-revolucionário e o movimento católico*, in História de Portugal, dir. José Mattoso, ed. Círculo de Leitores, vol. V, Lisboa, 1993

O Concelho de Pombal nos Finais do Antigo Regime – Aspetos Demográficos e Sociais (1782 – 1834)

VARGUES, Isabel Nobre - *O Liberalismo (1807-1809)*, in História de Portugal, dir. José Mattoso, vol.5, ed. Estampa, 1998

XAVIER, Ângela Barreto e HESPANHA, António Manuel - *As redes clientelares*, in História de Portugal, dir. José Mattoso, ed. Círculo de Leitores, vol, IV, Lisboa, 1993